

CIDADE **INOVA**

UMA REVISTA CARIOCA DE GESTÃO PÚBLICA

IN_SER_IR ARTE A SERVIÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

■
ENTREVISTA: A LGPD
LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS NA PRÁTICA

■
PROGRAMADORES
CARIOCAS: INICIATIVA
QUE VISA FORMAR
JOVENS CARIOCAS
VULNERÁVEIS
EM CURSOS DE
PROGRAMAÇÃO

■
DOCUMENTA RIO SMAS:
AÇÕES INOVADORAS
PARA FACILITAÇÃO DO
ACESSO DA POPULAÇÃO
VULNERÁVEL À
DOCUMENTAÇÃO CIVIL

■
EDUCAÇÃO
INFANTIL, MUSEU E
INTERSETORIALIDADE:
RELATO DE UMA
EXPERIÊNCIA ENTRE
EDUCAÇÃO E CULTURA

**PREFEITURA DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO**

**PREFEITO
Eduardo Paes**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL
DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Andrea Riechert Senko**

**INSTITUTO FUNDAÇÃO
JOÃO GOULART**

**PRESIDENTE
Rafaela Bastos**

**A REVISTA CIDADE INOVA É UMA REVISTA CARIOCA
DE GESTÃO PÚBLICA QUE SAI QUATRO VEZES AO ANO.**

EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

**Alexandre Cherman – FJG
George Alves – FJG
Luciane Caleia – SMTR
Marcio Martins – SMPU
Paloma Mendez – SMDEIS
Paula Camargo – SMCT
Pedro Arias Martins – FJG
Saulo Albuquerque – SME**

REVISORES DE PORTUGUÊS

**Luciane Caleia
Saulo Albuquerque**

COLABORADORES

**André Appariz
Flávia Santos**

PROJETO GRÁFICO

**Renata Ratto
Breno Lima**

DIAGRAMAÇÃO

Paloma Mendez

FOTO CAPA

Adilson José Saturnino da Silva



**FUNDAÇÃO
João Goulart**

T [21] 2976.3703 | 2976.1012
contato@fundacaojoaogoulart.com
www.rio.rj.gov.br/web/fjg

NÚMERO 17, VOLUME 1

JUNHO 2023

ISSN 2596-3236

**Os artigos podem ser adaptados para fins didáticos,
copiados e distribuídos desde que o autor seja citado
e que não se faça uso comercial da obra.**

**Os conceitos e opiniões expressos nos artigos,
bem como a exatidão e a procedência das citações,
são de exclusiva responsabilidade dos autores.**

PROBLEMAS COMPLEXOS DEMANDAM CONSTRUÇÕES TRANSVERSAIS

Transversalidade. Interdisciplinaridade. Multidisciplinaridade. Intersetorialidade. Multisetorialidade. Diversidade. Seis termos que definem conceitos e práticas que têm sido muito empregados na ideação, planejamento, construção, operacionalização e monitoramento de políticas públicas. E também na divulgação!

A Revista Cidade iNova tem por característica dar espaço para autores e autoras das mais variadas formações, campos de atuação e organizações dentro da gestão pública. Claro, com um escopo do que é de interesse para a administração pública da cidade do Rio de Janeiro.

Nesta edição há uma composição de artigos que tratam de diferentes assuntos, mas que quase sempre fizeram uso, explícito ou não, destes seis termos em suas iniciativas. Os problemas sociais e administrativos que os servidores e gestores públicos enfrentam são, muitas vezes, complexos. Ou seja, não existe uma abordagem única e óbvia que os solucionará. A capacidade de reunir diferentes atores para elaborar projetos e políticas públicas não é trivial. Entender como isso tem sido feito na prática pode acelerar a curva de aprendizado na hora de construir novas soluções.

É com muita satisfação que nossa Equipe Editorial tem recebido cada vez mais propostas de artigos a cada trimestre. Analisamos cada resumo que recebemos e aplicamos um método de apoio à decisão para escolher dentre aqueles que foram aprovados. E, após aplicar esta metodologia e receber os artigos completos, percebemos que transversalidade, inter e multidisciplinaridade, inter e multisetorialidade e diversidade compunham as abordagens de grande parte dos textos que compõem esta edição.

Esperamos que com a leitura desta nossa 17ª edição você possa aprender um pouco mais sobre como seus pares vêm buscando encontrar maneiras para solucionar variadas questões trazendo interconexões de abordagens. E, quem sabe, gerar *insights* para a sua própria atuação no setor público!



FALA, PRESIDENTA

RAFAELA BASTOS

Presidenta da Fundação João Goulart,
Gestora Pública, Geógrafa, especialista
em Gerenciamento de Projetos, Branding
e Economia Comportamental.

Quem nunca ouviu a afirmação "inovar é preciso!"? A fim de que pudéssemos dizer que a inovação é um dos principais temas desta 17ª edição da nossa Revista Cidade iNova, também foi necessário que aprendêssemos a inovar. De maneira transversal, e até mesmo transdisciplinar, os resultados de processos inovadores nos projetos e políticas públicas cariocas apresentam práticas que valem cada minuto da sua leitura.

Textos que inspiram práticas incríveis estão presentes em toda esta edição. O sensorial "Documenta Rio", escrito por Fernanda Nunes, Elizabeth Souza e Glória Maria, revela como ações inovadoras facilitam o acesso da população vulnerável à documentação civil. Um projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social, que também está presente nesta edição com o "IN_SER_IR: Ações Culturais na Assistência Social", escrito por Sheila Maria de Oliveira, Sandro Monteiro e Gabriela de Gusmão Pereira, que fala sobre a reinserção social mediada pelo território e seus equipamentos culturais. Por falar em Cultura, a interseção com a Educação é a base do "Educação Infantil, Museu e Intersetorialidade", das autoras Cristiane Rodrigues, Denise de Souza, Helena Costa, Josiele Moreira e Vanessa dos Santos, que fala das experiências de sociabilidades para a promoção das relações entre crianças, familiares e comunidade escolar. Os autores Chicão Bulhões, Marcel Grillo Balassiano e Manoel Tabet Soriano, apresentam o projeto "Programadores Cariocas", uma iniciativa de formação de milhares de jovens em programação, orientada pela empregabilidade, diversidade e redução de desigualdades.

Nossas colunas estão com conteúdos diversos, que revelam várias formas de se realizar na Gestão Pública e gerar resultados efetivos. Jana Libman destaca-se com o texto que fala sobre a importância das competências sociais no ambiente organizacional. O Secretário Diego Zeidan, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, conta que os Bancos Comunitários são organizações que oferecem infraestrutura bancária em áreas onde essa prestação de serviço é escassa, com a emissão de moedas sociais próprias para promover as trocas locais. Karina Kikuti, Consultora de Gestão de Lideranças e Adriano Negris, Analista de Implementação, ambos do Instituto Gesto apresentam a proposta "Fortalecer", uma Iniciativa

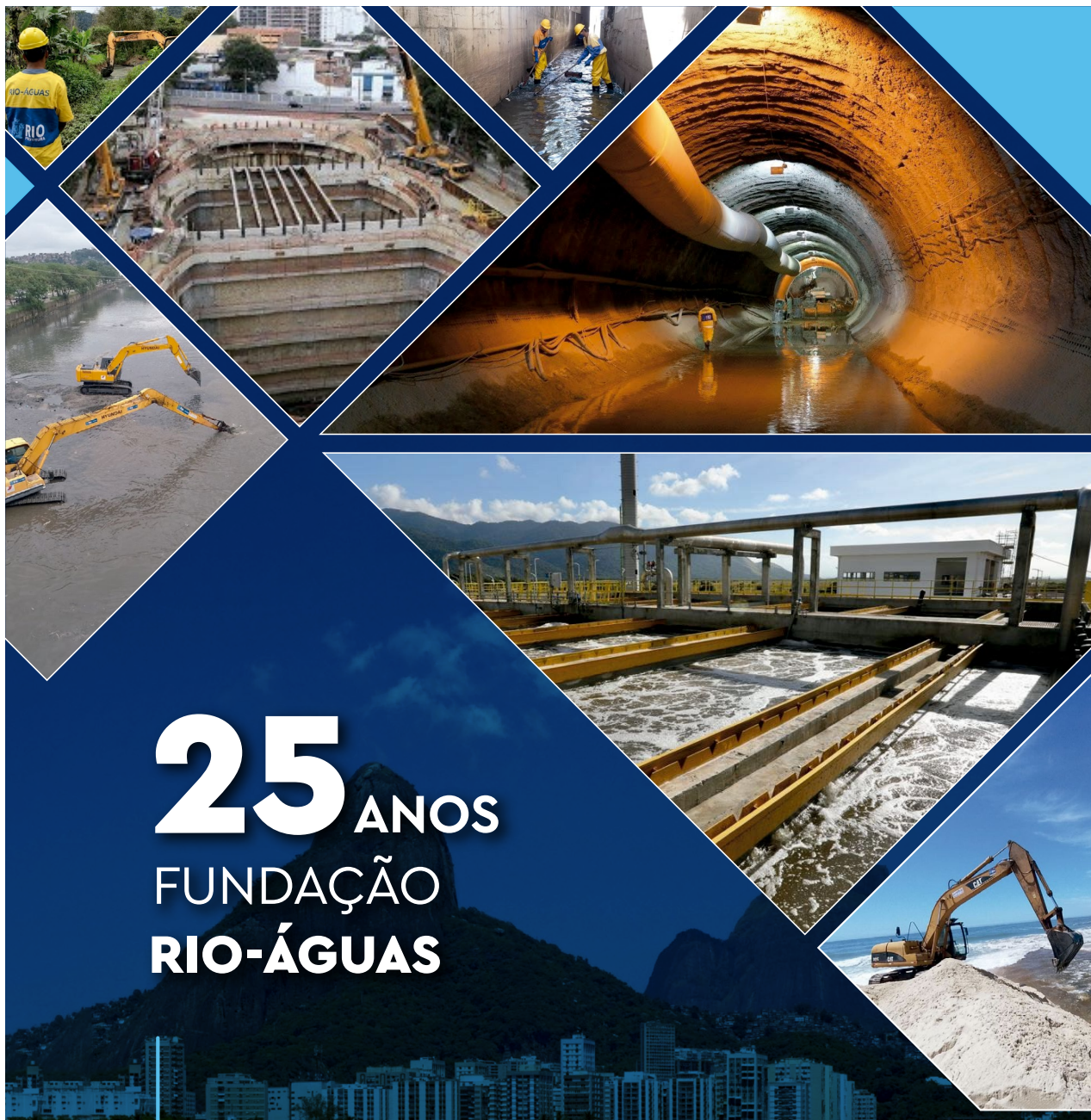
para Transformar o Setor Público Brasileiro. Além disso, entrevistamos Ana Paula Vasconcellos da Silva e Aline Cardoso de Souza sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e como a Prefeitura está se estruturando a esse respeito.

O Instituto Fundação João Goulart aparece nesta edição falando sobre o Programa Rio Liderança Feminina e sua importância para uma Gestão Pública mais equânime e a promoção da pauta de gênero no setor público, no texto exemplar de Bárbara Nascimento e Celina Macriní. Flávia Santos assina texto imperdível que alerta para a promoção do diálogo na Gestão Pública, demonstrando como é fundamental para superar barreiras históricas de distância e burocracia e construir relacionamentos positivos com a sociedade.

Nossas seções são experiências editoriais de leitura informativa e agradável. Nesta edição o destaque é o **GTT Alinhamento** Plano Estratégico + Plano Plurianual. Este Grupo Transversal de Trabalho foi responsável por apresentar soluções para a falta de correspondência entre as metas e projetos do PE e os indicadores, ações e produtos do PPA; o texto assinado por integrantes do GTT também revela que muitas orientações foram aplicadas no Planejamento Estratégico 2021-2024 da cidade do Rio de Janeiro. Em Tesouros do Rio, vamos falar sobre as **calçadas musicais do Boulevard 28 de setembro**. A autora Flávia Abranches Abelheira apresenta Vila Isabel, o bairro, e seus poetas, compositores e o porquê de ser considerado um dos berços do samba. O "Eu, Líder", com Igaro Gouveia, tem a inspiradora trajetória do Líder Carioca que trocou a carreira militar pelo magistério e reconheceu o poder transformador da Educação na vida dos jovens e na sociedade como um todo. A "CalmaRio" te leva direto para a Praça da Harmonia, um local histórico localizado na Gamboa, no Rio de Janeiro, território de muitas manifestações de matrizes africanas, como o samba.

Por fim, convido a todos para esta forma agradável de aquisição de conhecimento e também de renovação do orgulho de ser gestor público carioca.

Um abraço para todos e conheçam mais a gestão pública a serviço da carioquice. :)



25 ANOS FUNDAÇÃO RIO-ÁGUAS

Trabalhando pelo controle de enchentes
e saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

FALA, FUNDAÇÃO

- 10 **PROMOVA O DIÁLOGO NA GESTÃO PÚBLICA**
Flávia Santos
- 13 **PROGRAMA RIO LIDERANÇA FEMININA**
Bárbara do Nascimento
Celina Macrini
- 16 **EU, LÍDER**
Igaro Guimarães Gouveia
- 18 **GTT**
ALINHAMENTO PLANO ESTRATÉGICO +
PLANO PLURIANUAL

BORA NESSA

- 68 **TESOUROS DO RIO**
- 70 **CALMARIO**
- 72 **#FICAADICA**

COLUNAS

**27 FORTALECER: UMA INICIATIVA
PARA TRANSFORMAR O SETOR
PÚBLICO BRASILEIRO**

Karina Kikuti
Adriano Negrís

**56 BANCOS COMUNITÁRIOS COMO
AGENTES DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO**

Diego Zeidan

66 COMPETÊNCIAS

Jana Libman

ENTREVISTA

**38 A LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS NA PRÁTICA**

Ana Paula Vasconcellos da Silva
Aline Cardoso de Souza

ARTIGOS

22 PROGRAMADORES CARIOCAS

Chicão Bulhões
Marcel Grillo Balassiano
Manoel Tabet Soriano

**30 EDUCAÇÃO INFANTIL, MUSEU E
INTERSETORIALIDADE**

Cristiane Nascimento de Mello Rodrigues
Denise Cruz Candido Miranda de Souza
Helena Mayara de Oliveira Costa
Josiele Salgado Moreira
Vanessa Barriolo dos Santos

48 DOCUMENTA RIO SMAS

Fernanda Ferreira Nunes da Silva
Elizabeth Souza da Silva
Glória Maria Rosa da Silva

**60 IN_SER_IR: ARTE A SERVIÇO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Sheila Maria de Oliveira
Gabriela de Gusmão Pereira
Sandro Monteiro

FLÁVIA SANTOS

Comunicação e Branding da FJG

PROMOVA O DIÁLOGO NA GESTÃO PÚBLICA

Desde os primórdios da existência humana, a comunicação é uma parte essencial da nossa experiência. A comunicação humana primitiva provavelmente começou com gestos, expressões faciais e vocalizações básicas, permitindo que os seres humanos se comunicassem entre si. Essas formas de comunicação não-verbal foram fundamentais para a sobrevivência, ajudando os primeiros humanos a transmitirem informações sobre perigos, necessidades e intenções.

Um dos teóricos da comunicação que abordou o diálogo e a comunicação de forma significativa foi Mikhail Bakhtin, filósofo e teórico literário russo do século XX, conhecido por suas contribuições para a teoria da linguagem e da comunicação. Bakhtin desenvolveu a noção de “diálogo” como um conceito central em sua teoria. Para ele, a linguagem e a comunicação não são processos unilaterais, mas sim interações dinâmicas entre indivíduos. O diálogo, nesse contexto, refere-se não apenas à troca de palavras, mas também à interação de vozes e perspectivas sociais diferentes.

MAS COMO PROMOVER O DIÁLOGO NA GESTÃO PÚBLICA?

Para muitas pessoas, as instituições públicas, independentemente do setor, não poderiam dialogar com a sociedade, pois a ideia da distância, da burocracia e da falta de escuta caminharam por anos nessa relação com o cidadão. Durante anos também tivemos essa dificuldade na comunicação interna, não era algo que só o público interno sentia. O diálogo na comunicação institucional desempenha um papel fundamental na construção de relacionamentos positivos, no fortalecimento da imagem, na efetividade das organizações e na percepção dos colaboradores que são impactados diretamente pelas informações.

Identificar as dificuldades enfrentadas pela comunicação na gestão pública é fundamental para iniciarmos as mudanças. Essas barreiras enfrentadas há anos possibilitaram o desejo de mudanças. Afinal, o mundo mudou e a forma de nos relacionarmos evoluiu. O que parecia burocrático demais, com falta de transparência, tendo poucos canais de comunicação e trazendo até uma resistência humana, tornou-se mais aberto e colaborativo.

A mudança do contexto social tem um papel fundamental nessa transformação para o diálogo. Bakhtin enfatizou a importância do contexto social na comunicação. Destacou que o significado de uma mensagem não pode ser separado do contexto em que é

produzido e recebido. Isso implica que a compreensão de uma mensagem só pode ser plenamente alcançada através do diálogo, da negociação de significados e da interação entre o público e quem se comunica com ele.

Aqui no Instituto Fundação João Goulart promover o diálogo é muito importante. Nossos projetos, programas e entregas reforçam nosso compromisso com a gestão pública. Para nós é fundamental promover a participação cidadã, construir consensos e nos conectarmos com os públicos interessados nas nossas entregas, pois através delas há a percepção da eficiência do trabalho e de uma gestão pública carioca cada vez mais eficiente.

SENTIU VONTADE DE MUDAR A FORMA DE SE COMUNICAR?

Existem algumas formas que podem ajudar na promoção do diálogo que não ficará só numa troca de palavras:

- **Transparência:** Promova um ambiente aberto e transparente, fornecendo informações relevantes sobre políticas, programas e decisões. Disponibilize documentos, relatórios e dados de maneira acessível.
- **Inclusão e diversidade:** Garanta a inclusão de todas as partes interessadas relevantes, buscando representar a diversidade de grupos sociais, organizações da sociedade civil, setor privado,

terceiro setor e cidadãos em geral. Dê voz às minorias, evite a exclusão e promova a igualdade de participação.

- Canais de comunicação: Estabeleça canais efetivos de comunicação para receber feedback e sugestões da população. Utilize diferentes meios como audiências públicas, consultas online, fóruns de discussão, pesquisas e reuniões presenciais, para alcançar um público diversificado. Crie um tom de voz nessa comunicação, pois facilitará a percepção da audiência.
- Escuta ativa: No diálogo com as partes interessadas, pratique a escuta ativa. Isso envolve ouvir atentamente, demonstrar interesse nas opiniões e preocupações dos cidadãos, e responder de maneira respeitosa e construtiva. Valorize o conhecimento e a experiência das pessoas envolvidas. Também é uma forma de conexão.
- Diálogo colaborativo: Incentive a colaboração entre as diferentes partes interessadas, promovendo a construção conjunta de soluções. Facilite discussões abertas, empáticas e respeitosas, incentivando a troca de ideias. Busque encontrar pontos de convergência e construir consensos sempre que possível.
- Comunicação clara e acessível: Utilize uma linguagem clara, acessível e livre de jargões técnicos para comunicar-se com o público em geral. Evite o

uso excessivo de termos técnicos e torne as informações compreensíveis para todos.

- Prestação de contas: Demonstre comprometimento com o diálogo ao fornecer feedback sobre as contribuições recebidas e explicar como essas contribuições influenciaram as decisões tomadas. Comunique de forma transparente as razões por trás das decisões e os resultados alcançados.
- Aprendizado contínuo: Esteja aberto ao aprendizado contínuo e à adaptação. Através do diálogo, você pode obter insights valiosos, identificar problemas e oportunidades, e ajustar suas abordagens de gestão pública para atender às necessidades da sociedade de forma mais eficaz.

O diálogo cria um ambiente de confiança e respeito mútuo, permitindo que os participantes expressem livremente suas opiniões, compartilhem informações e debatam questões de interesse comum. É um processo colaborativo, no qual todos os envolvidos têm a oportunidade de aprender uns com os outros, explorar diferentes perspectivas e encontrar soluções comuns.

E lembre-se, o diálogo na gestão pública não se limita apenas a um evento isolado, mas deve ser incorporado como uma prática constante e integrada em todas as etapas do processo de tomada de decisão. Inspire-se no título deste artigo e promova o diálogo na gestão pública.

PROGRAMA RIO LIDERANÇA FEMININA

e sua importância para uma Gestão Pública mais equânime na pauta de gênero

BÁRBARA DO NASCIMENTO

Coordenadora de Gestão de Lideranças

CELINA MACRINI

Assessora de Projetos na Coordenadoria
de Gestão de Lideranças

O Programa Rio Liderança Feminina, do Instituto Fundação João Goulart, é uma iniciativa de extrema relevância, que tem como propósito incentivar o desenvolvimento de competências de autoliderança nas gestoras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a criação de políticas e práticas que fortaleçam e potencializem a atuação dessas servidoras no contexto governamental.

Instituído por meio do Decreto Rio Nº 48.382, de 1º de janeiro de 2021, o programa tem em seu desenho a construção, pelas alunas participantes, de propostas de intervenções e/ou políticas públicas que visem à igualdade de gênero e a liderança feminina no âmbito da Prefeitura e/ou da Cidade do Rio de Janeiro. Estas recomendações serão entregues à Secretaria Especial de Promoção e Políticas da Mulher a fim de viabilizá-las como iniciativas do serviço público orientadas pela pauta de gênero.

Nesse sentido, o Programa Rio Liderança Feminina ganha destaque como uma ação pioneira em Unidades Administrativas Municipais e busca promover o desenvolvimento e reconhecimento das servidoras mulheres como líderes capazes, também, de gerar impactos positivos na sociedade.

Os projetos da primeira turma do programa, elencados abaixo, foram apresentados à banca de avaliação do Instituto Fundação João Goulart no final de abril e estão pautados nos eixos temáticos que deram base a formação: *Políticas Públicas, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão, Equidade de Gênero, Combate à Discriminação e Violência e Liderança*.

PROJETOS – PROGRAMA RIO LIDERANÇA FEMININA

TURMA 1 – CICLO 2022/2023

ABRE ASAS MULHER CARIOCA

Eixo temático: Políticas Públicas

Autoras: Adriana Barreto, Ethienne Marinho, Gladys Gramacho, Marion Costa e Monique Arrais.

Objetivo: Transformar os barracões das escolas de samba da série ouro e/ou série prata em polos alternativos de aprendizagem e qualificação para mulheres pertencentes aos territórios sociais onde estão as agremiações selecionadas. Este projeto foi idealizado pelas gestoras.

FALA SERVIDORA

Eixo temático: Combate à Discriminação e Violência

Autoras: Ana Paula Gnisci, Ariane Eloy, Gabriela Lourenço, Larissya Pereira, Leila Santiago e Tuane Nascimento.

Objetivo: Criar uma cultura institucional de combate à violência e discriminação.

JORNADA DA DIVERSIDADE FEMININA

Eixo temático: Diversidade e Inclusão

Autoras: Bárbara Belanga, Luciane Moutinho, Queiti Cristina Pereira, Vanessa De Oliveira e Viviane Teixeira Marques Pinto.

Objetivo: Formar um corpo de servidores públicos municipais conscientes, sensibilizados e preparados para realizarem o melhor atendimento ao público feminino da nossa cidade, promovendo a inclusão e a equidade.

LUGAR DE QUEM CUIDA É PERTO

Eixo temático: Ações afirmativas

Autoras: Ana Carolina Fernandes, Carla Cabral, Fernanda Quintás, Maíra Paes Leme, Marcelle Araújo e Maria Clara Nunes.

Objetivo: Criar um dispositivo legal que permita às servidoras e aos servidores municipais, responsáveis por crianças pequenas, optarem por trabalhar perto da sua residência ou local de maior comodidade, ou em regime de teletrabalho, além de proteger a cuidadora ou o cuidador de transferências arbitrárias no retorno das licenças maternidade e/ou paternidade.

MULHERES NA LIDERANÇA

Eixo temático: Liderança

Autoras: Camila Cristal, Kelly Carreira, Renata Vasconcellos, Roberta Mesquita e Sabrina Gassner.

Objetivo: Multiplicar, para o maior número de servidoras da Prefeitura, os temas abordados no programa Rio Liderança Feminina, de forma a estimular o autoco-nhecimento e a autoliderança dessas mulheres.

MULHERES PROGRAMADORAS DE SUAS TRAJETÓRIAS

Eixo temático: Equidade de Gênero

Autoras: Elisangela Guerreiro, Fernanda Burla, Livia Figueiredo, Thais Garlet e Vanessa Lucindo.

Objetivo: Investir e promover a equidade de gênero, visando à redução da sub-representatividade das mulheres, com recorte específico na área de tecnologia já que esse é um setor com uma enorme lacuna quanto a equidade.

NÚCLEO CARIOCA DE ATENDIMENTO AO HOMEM

Eixo temático: Políticas Públicas

Autoras: Danielle Paula de Jesus, Ellen Zacarias, Maria Clara Rezende, Rebeka Braune e Taís Carvalho.

Objetivo: Criar um laboratório itinerante e participativo que favoreça a aproximação da figura masculina nas discussões sobre equidade de gênero e de proteção à violência contra a mulher.

PAPU - PROJETO DE AMPARO A PROBLEMAS UTERINOS DAS SERVIDORAS MUNICIPAIS

Eixo temático: Ações afirmativas

Autoras: Amanda Carneiro, Claudia Machado, Marcela Marques, Michelle Willes, Rosângela Cipola, Ryna Wanzeler e Vanessa Pinto.

Objetivo: Promover qualidade de vida às servidoras municipais que sofrem com condições ginecológicas crônicas, trazendo mais conforto na performance do trabalho durante o período menstrual, redução dos casos de absenteísmo e promoção ao acompanhamento médico especializado.

Temos a noção de que ainda há um longo caminho a ser percorrido na pauta de gênero no universo da Gestão Pública, mas o primeiro passo já foi dado. Agora é continuar a jornada!

Afinal, **EQUIDADE E SORORIDADE**, para o Programa Rio Liderança Feminina, não são substantivos, são **VERBO, AÇÃO!**

EU, LÍDER

EDUCAR PARA TRANSFORMAR

IGARO GUIMARÃES GOUVEIA

Igaro Guimarães Gouveia é professor de Geografia, servidor da PCRJ desde 2012, e, atualmente, exerce o cargo de diretor da Escola Municipal Paulo Renato Souza. Possui especialização em Gestão Escolar e é Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Desde que troquei a carreira de militar pelos quadros do magistério, passei a entender como a Educação tem o poder de transformar a vida de milhares de jovens e a mudar a realidade de uma sociedade.

Ingressei no serviço público aos 17 anos, no ano de 2003, e em 2012, tomei posse como professor de Geografia na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A partir de então, minha trajetória tem sido em prol de fomentar a aprendizagem e o conhecimento de jovens cariocas matriculados nos anos finais do ensino fundamental.

O interesse em gerir uma unidade escolar e liderar servidores sempre fez parte dos meus planos como servidor municipal. Enxergava a oportunidade de mudar uma realidade local em algum ponto do território da cidade e propiciar uma escola democrática, inclusiva, prazerosa e tecnológica, ou seja, uma escola do século XXI.

Foi quando, em 2016, surgiu a oportunidade de assumir a direção da Escola

“O LÍDER TRANSFORMA O AMBIENTE INTERNO DE UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA.”

Municipal Paulo Renato Souza, situada em Cosmos, zona oeste da cidade e pertencente à 9ª Coordenadoria Regional de Educação. Começava, então, o primeiro grande desafio da minha vida ao mesmo tempo em que se concretizava um sonho.

Inicialmente, o clima organizacional não era dos mais favoráveis, mas com o passar do tempo e com muito diálogo, empatia e dedicação as coisas foram se ajeitando. A comunidade escolar estava ansiosa e esperava que a nova gestão entregasse os serviços públicos da melhor qualidade.

No ano de 2017, a escola passou pela primeira grande transformação: foi transformada em turno único, modelo pelo qual os alunos passaram a ter aulas em horário integral. Foi um ano de adaptações e mudanças que culminaram em melhorias tanto para alunos quanto para os responsáveis, já que os estudantes passaram a ter três refeições ao dia, além de mais tempo de aulas, proporcionando maior atenção por parte dos professores e uma melhor formação.

Em 2020, surgiu um novo desafio: a pandemia do novo coronavírus, que fechou a escola e comprometeu todo o trabalho que vinha sendo feito ao longo dos anos. Numa tentativa de manter o contato com os pais, desenvolvemos um aplicativo para smartphones que mantinham as famílias em contato direto com a gestão da escola. Criamos, ainda, o portal do Google Classroom, onde os professores fizeram o possível para manter as aulas e o contato com o corpo discente.

O processo do Programa Líderes Cariocas em 2022 foi um novo marco na minha vida profissional. Após manter uma intensa rotina de estudos de todos os conteúdos, segui os trâmites do certame até obter a 1ª colocação. Acredito, veementemente, que um líder transforma o ambiente interno de uma organização pública, possibilitando que os serviços sejam prestados de forma mais eficiente e de acordo com as necessidades da sociedade. Sonho em ver todos os jovens cariocas buscando, na escola, as oportunidades para um futuro melhor.

ALINHAMENTO PLANO ESTRATÉGICO + PLANO PLURIANUAL

INTEGRANTES DO GTT

CARLA CARDOSO LEITE TAVARES

FERNANDA MOFATI LANHAS

JOÃO MARCOS MAIA VIDAL

MARCIA DE MIRANDA SANTOS

SAMIR DE MENEZES COSTA

A partir de 1988, no processo de planejamento público, o Plano Plurianual (PPA) passou a ser o instrumento legal que estabelece, de forma regionalizada, diretrizes da administração. O PPA, no município do Rio de Janeiro, concebe o processo de planejamento através de programas, indicadores, ações (projetos e atividades) e produtos (quantificados por metas físicas), com objetivos centrais e princípios de atuação do governo, diretrizes e metas por Áreas de Resultado, a serem alcançados a cada exercício no período de quatro anos. A partir de 2011, com a aprovação da emenda à LOM nº 22/2011, no artigo 107A, o Executivo municipal ficou obrigado a apresentar o Plano Estratégico (PE) da Cidade, onde devem estar delineadas as principais políticas (Iniciativas Estratégicas), a estratégia de ação (projetos) e os resultados esperados, definidos em termos de metas estratégicas, a serem entregues à população pelo governo que se inicia. Ambos os instrumentos são elaborados no início da gestão, com prazos estabelecidos em lei: o PE deve ser elaborado em até 180 dias e o projeto de lei do PPA precisa ser entregue à Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) até o dia 31/08.

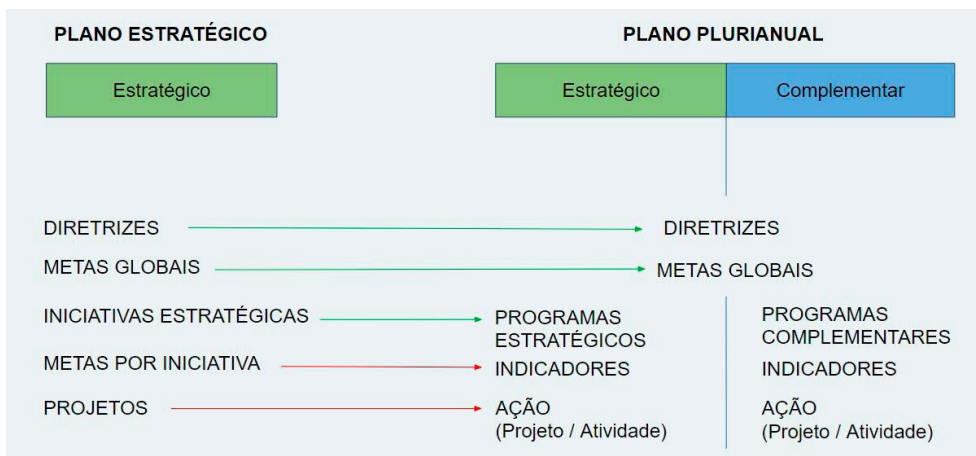
Como instrumentos legais do processo de planejamento das ações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, é vital que PE e PPA estejam integrados e alinhados, o que tem previsão expressa inclusive na LOM, no artigo 254. O PE 2017/2020 e o PPA 2018/2021 estavam alinhados até o nível das Iniciativas (PE) e Programas Estratégicos (PPA), não havendo total correspondência entre as metas estratégicas e projetos do PE e os indicadores, ações e produtos do PPA. É neste contexto que surge a ideia de elaborar um Grupo Transversal de Trabalho (GTT), no âmbito do Programa Líderes Cariocas da Fundação João Goulart, com o intuito de fortalecer a estrutura interna da gestão estratégica, o alinhamento dos objetivos e da visão de toda a Prefeitura e a integração dos instrumentos internos de planejamento e gestão.

Em junho de 2020, o grupo formado por Líderes Cariocas do Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas (CVL/SUBPAR/EGP-Rio), do Escritório de Planejamento (CVL/SUBPAR/EPL), da Subsecretaria do Orçamento Municipal (F/SUPOR) e da Empresa Municipal de Informática (IPLAN) se impôs o desafio de analisar os dois Planos, PE e PPA, em

termos de conceitos, objetivos e estrutura, assim como os processos de trabalho das subsecretarias de planejamento e orçamento, a fim de elaborar proposta para melhorias na integração desses processos, no alinhamento das equipes e na sinergia dos Planos. Foi construído e entregue um plano de ação com propostas para solucionar as causas dos problemas, levantados no desenvolvimento do trabalho, e implementar mudanças.

O grupo contou com o apoio da Coordenadoria Técnica de Mapeamento de Processos do EGP-Rio para a realização do mapeamento do processo "Elaboração do Plano Estratégico", o desenho atual e o futuro, a partir do qual foram levantadas propostas de alterações envolvendo: a antecipação do início dos trabalhos de elaboração do PE; a participação da equipe de um plano na elaboração do outro e vice-versa; mudanças no fluxo de informações entre as equipes e integração dos cronogramas de trabalho das equipes.

Quanto à estruturação dos Planos, o grupo propôs mudanças na correlação dos atributos dos mesmos, redefinindo de que forma os itens de um plano estariam refletidos no outro, estabelecendo



um alinhamento direto, facilitando o acompanhamento integrado da execução físico-financeira, execução orçamentária e do monitoramento das Iniciativas Estratégicas, metas estratégicas e indicadores. O grupo propôs, ainda, que fosse desenvolvida uma metodologia própria da prefeitura para elaboração do PE, o que foi realizado ainda no segundo semestre de 2020 por equipe da SUBPAR.

As Iniciativas Estratégicas do PE 2021/2024 foram desenvolvidas a partir da metodologia construída internamente e todas as propostas de melhorias foram postas em prática na elaboração dos Planos realizada em 2021 – PE 2021/2024 e PPA 2022/2025.

Os planos atuais apresentam maior integração em relação aos anteriores, mas muito ainda precisa ser aprimorado para que PE e PPA guardem a máxima coerência e integração, a fim de que as metas e projetos traçados no primeiro sejam totalmente refletidos nos indicadores e ações dos Programas Estratégicos do segundo. O objetivo principal de todo este esforço é ampliar a transparência das informações governamentais de planejamento e proporcionar uma visão unificada de todos os setores da organização, alinhados à estratégia definida e aos instrumentos de planejamento desenvolvidos, de forma que todos sigam as mesmas diretrizes, busquem os mesmos objetivos e ajam em sinergia para alcançá-los.



Seja carioca o tempo que quiser.
Rio! Polo de Nômades Digitais
da América do Sul.

TRABALHE REMOTAMENTE DA CIDADE MARAVILHOSA

📍 [setur.rio](#)
🌐 [www.turismo.prefeitura.rio](#)
🌐 [www.nomadesdigitais.rio](#)

📍 [digitalnomads.rio](#)


Rio
P R E F E I T U R A

TURISMO



ARTIGO

PROGRAMADORES CARIOCAS

INICIATIVA QUE VISA FORMAR JOVENS
CARIOCAS VULNERÁVEIS EM CURSOS
DE PROGRAMAÇÃO

CHICÃO BULHÕES

Secretário municipal de Desenvolvimento Econômico,
Inovação e Simplificação

MARCEL GRILLO BALASSIANO

Subsecretário municipal de Desenvolvimento
Econômico e Inovação

MANOEL TABET SORIANO

Assessor econômico da Subsecretaria Municipal de
Desenvolvimento Econômico e Inovação

ARTIGO

Por isso, o Programadores Cariocas também é um projeto relevante e estratégico – uma iniciativa que visa formar, até 2024, milhares de jovens vulneráveis em cursos de programação. O Decreto Rio Nº 50.177, de 8 de fevereiro de 2022, instituiu a iniciativa.

Um estudo especial, publicado no Observatório Econômico do Rio, portal da SMDEIS, traz o detalhamento do projeto. O portal reúne outros estudos, dados e indicadores produzidos com o objetivo de dar transparência às ações da Pasta e mensurar o resultado de tudo o que foi feito, bem como medir o impacto na economia da cidade.

No ciclo que começou em 2022, e que formou cerca de 750 jovens em linguagens de programação, a Prefeitura fez uma licitação, em que empresas privadas – Senac, em parceria com a Resília, e a Generation Brasil – foram selecionadas para implementar o curso, em oito locais da cidade (Centro, Jacarepaguá, Madureira, Riachuelo, Bonsucesso, Irajá, Campo Grande e Bangu), sendo mais de 90% das vagas nas zonas Norte e Oeste. As prioridades eram mulheres, negros, pessoas trans e refugiados, moradores dos locais mais vulneráveis da cidade, com base no IDS (Índice de Desenvolvimento Social, elaborado pelo Instituto Pereira Passos – IDS / IPP).

Para cursar o programa, os jovens tinham que ter entre 17 e 29 anos e serem egressos de escola pública, além de ter cursado o segundo ciclo do Ensino Fundamental e o Ensino Médio na rede pública de ensino.

Foi realizado um processo seletivo, em que os candidatos tiveram que fazer uma prova de raciocínio lógico e acertar, pelo menos, 50% do teste. A prova, que era apenas eliminatória e não classificatória, foi elaborada pela equipe técnica de economistas e estatísticos da SMDEIS, e a parte operacional, composta de

sistema de matrícula e plataforma de provas, foi cedida pela Guarda Municipal e coordenada pela IPLAN, em conjunto com a SMDEIS.

O programa foi dividido em três partes: a Prefeitura custeou o curso por meio de bolsas (integrais ou parciais); forneceu um auxílio financeiro de R\$500,00 por seis meses; e os alunos formados receberam um computador para poderem seguir sua rotina de estudos e trabalhar após a formatura.

Dos 750 alunos formados nesse primeiro ciclo, cerca de 70% eram negros (pretos ou pardos), e 40% eram mulheres, em um mercado majoritariamente masculino. Além disso, praticamente metade eram moradores de comunidades. Muitos desses alunos já estão trabalhando na área ou estão fazendo outros cursos de tecnologia, para evoluírem mais ainda na carreira. Outro destaque importante foi a transição de carreira que o Programadores Cariocas já possibilitou para centenas de cariocas. É um Projeto tão importante que teve seu valor reconhecido com a premiação, na categoria Economia, do Prêmio "Inspira Rio", da TV Bandeirantes.¹

¹ <https://premiobandinspirario.com.br/>

Ao longo do projeto, ocorreram diversos eventos relacionados à iniciativa. Antes do processo seletivo ser aberto, a SMDEIS fez uma busca ativa, em parceria com a Secretaria Especial da Juventude Carioca (JUV-RIO) em diversos locais da cidade, em especial os mais carentes, para comunicar sobre o Programadores Cariocas. Com isso, foram 3.600 jovens inscritos no programa. Também foram realizadas, na Grande Sala da Cidade das Artes Bibi Ferreira, a aula inaugural (em agosto de 2022) e a formatura dos alunos (em dezembro de 2022), ambas com a presença do prefeito Eduardo Paes. Eventos de empregabilidade e para a entrega dos computadores para os formandos também permearam o programa.



Prefeito Eduardo Paes e Secretário Chicão Bulhões com aluna do Programadores Cariocas na formatura, realizada na Cidade das Artes Bibi Ferreira, em 20/12/22.

O Programadores Cariocas está inserido no contexto de tornar o Rio a capital da inovação da América Latina, e se relaciona com outros grandes projetos. Como o Web Summit, maior evento de tecnologia do mundo, que foi realizado pela primeira vez fora da Europa. O encontro aconteceu de 1º a 4 de maio de 2023, no Riocentro, e reuniu os maiores investidores, empresários, gestores públicos e privados e os principais profissionais da área na nossa Cidade Maravilhosa.

Na visão da Prefeitura, o encontro foi muito bem sucedido e posiciona o Rio no centro do debate global de inovação. Prova disso foi a participação de pessoas de 91 países e a cobertura de 743 jornalistas no evento. Vale ressaltar que mais de 30 Programadores Cariocas, aproximadamente 5% do total de ex-alunos da iniciativa da Prefeitura, participaram do Web Summit Rio como voluntários e viram de perto aqueles que estão à frente das mudanças e o que há de mais novo e avançado no mercado. A breve inserção no mercado de trabalho impediu que esse número fosse superior.

Para o ciclo 2023, foram disponibilizadas 1.800 vagas. O Decreto Rio Nº 52.448, com as novas regras da iniciativa Programadores Cariocas, foi publicado no Diário Oficial de 10 de maio. Estamos no caminho certo para transformar o Rio na capital da inovação da América Latina, e o Programadores Cariocas é um dos grandes vetores dessa meta, também desenvolvendo a economia do Rio!

KARINA KIKUTI

Consultora de Gestão de Lideranças

ADRIANO NEGRIS

Analista de Implementação

FORTALECER: UMA INICIATIVA PARA TRANSFORMAR O SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

O programa Fortalecer é uma revolução silenciosa, moldando o futuro do setor público brasileiro, colocando as pessoas no centro da transformação e abrindo caminho para um novo padrão de excelência na gestão pública. Com uma abordagem participativa e colaborativa, o Fortalecer trabalha em conjunto com estados e municípios para fortalecer as lideranças e implementar práticas eficientes de gestão de pessoas.

É inegável a importância das lideranças no setor público para a implementação efetiva das políticas públicas. Elas são o elo entre as diretrizes do governo e a execução dessas políticas, desempenhando um papel crucial nessa interface. Por isso, é fundamental investir em líderes capacitados, comprometidos e alinhados com os propósitos do serviço público.

O Fortalecer atua em diversos aspectos da gestão de lideranças, desde a atração e pré-seleção de talentos, desempenho até o desenvolvimento e engajamento dos servidores. Um dos pilares destacados pelo Fortalecer é o desenvolvimento de lideranças. O programa acredita que investir no aprimoramento das habilidades e competências dos líderes é fundamental para melhorar a qualidade dos serviços públicos. Líderes bem preparados têm a capacidade de engajar seus funcionários, promover um ambiente de trabalho produtivo e fomentar a inovação.

Outro grande foco do Fortalecer é a temática de equidade racial e de gênero

nas organizações públicas. Acreditamos que a diversidade e a inclusão são fundamentais para uma gestão pública eficiente e representativa da sociedade como um todo, sendo que uma das principais metas nos territórios em que o programa atua é aumentar a participação de mulheres e de pessoas negras em cargos de liderança.

Desde 2021, o programa Fortalecer tem trabalhado em estreita colaboração com estados e municípios, auxiliando-os em seus processos de gestão de lideranças. Avanços significativos foram alcançados na pré-seleção e formação das lideranças-chave nos governos estaduais e municipais. Além disso, o programa atuou na regulamentação de atos normativos que promovem mudanças profundas na gestão de lideranças do setor público em diversos estados e municípios.

No município do Rio de Janeiro, o Instituto Gesto tem desenvolvido projetos de fortalecimento das práticas de educação com os Programas Formar e Fortalecer na Secretaria Municipal de

Educação, gerando impactos positivos na qualidade da educação oferecida aos estudantes cariocas. Além disso, o programa tem apoiado o desenvolvimento de lideranças através da Fundação João Goulart por meio das iniciativas transversais ao Programa Líderes Cariocas para que os servidores cariocas possam ter melhores oportunidades, desenvolverem seu potencial e implantarem soluções gestadas por eles em benefício da sociedade.

Em 11 e 12 de maio, realizamos no Rio de Janeiro com apoio da Fundação João Goulart, o Encontro de Lideranças: Fortalecendo a Equidade. A grande reunião teve como objetivo discutir a gestão de lideranças no setor público, com foco na promoção da igualdade racial e de gênero. A programação contou com a presença de especialistas e lideranças públicas no tema igualdade racial, diversidade e inclusão no Brasil, além da participação da presidente da Fundação João Goulart, Rafaela Bastos. Rafaela trouxe em sua fala como é importante atuar na promoção e na construção de

caminhos para a equidade racial e de gênero para a cidade do Rio de Janeiro, a fim de garantir lideranças representativas para construir políticas públicas que atendam cada vez mais aos diferentes perfis de cidadãos cariocas.

Nessa jornada, o Instituto Gesto tem sido um parceiro da gestão pública carioca, proporcionando troca de conhecimentos, experiências e resultados significativos. Através dessa parceria, o programa Fortalecer têm ampliado sua atuação e buscando expandir seu impacto no território carioca. Quer saber mais sobre nossos programas, soluções e parcerias, acesse nossos canais e junte-se a nós em nosso gesto por uma sociedade próspera, sustentável e com equidade.

SOBRE O INSTITUTO GESTO

O Instituto Gesto é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2021 com o apoio da Fundação Lemann para colaborar com o fortalecimento da gestão pública nos municípios e estados brasileiros. Para saber mais: <https://www.institutogesto.org.br/>

ARTIGO

EDUCAÇÃO INFANTIL, MUSEU E INTERSETORIALIDADE

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA

CRISTIANE NASCIMENTO DE MELLO RODRIGUES

Filha, esposa, mãe, professora de EI, pedagoga, pós-graduada em orientação pedagógica e orientação educacional e consciente da missão.

DENISE CRUZ CANDIDO MIRANDA DE SOUZA

Mulher preta, mãe de Carolina, professora, pedagoga, pós-graduada em Educação e freireanamente esperando...sempre!

HELENA MAYARA DE OLIVEIRA COSTA

Mãe do Samuel, mulher preta, professora, pedagoga, bacharel em Direito, Líder Carioca e participante da turma Ubuntu 2.0/Vetor Brasil

JOSIELE SALGADO MOREIRA

Mulher, mãe da Ana e da Júlia, professora das infâncias, pesquisadora pelo grupo GITAKA/UNIRIO, pós-graduada em Educação Infantil.

VANESSA BARRIOLO DOS SANTOS

Filha da melhor mãe, agraciada por ser tia dinda da Antonela, professora de Educação Infantil com muito orgulho, pedagoga, pós-graduada em Educação Infantil e contadora de histórias.

ARTIGO

O presente artigo traz a experiência intersetorial vivenciada no território da 6ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE)¹ da Secretaria Municipal de Educação (SME) em parceria com o Museu de Ciências da Terra onde a comunidade escolar de 12 espaços entre Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI) e Creches Municipais (CM) localizados nos territórios do Complexo do Chapadão e do Complexo da Pedreira foi contemplada com o projeto "Museu em Movimento". A proposta tem como objetivo levar a experiência do museu a partir de ações que normalmente acontecem presencialmente para as pessoas que vão até este espaço, com oferecimento de contação de histórias, acesso ao acervo de fósseis, oficinas de corpo e movimento e exposição de trabalhos feitos pelas crianças.

No ano de 2022, enquanto equipe de acompanhamento das Unidades Escolares que atendem a etapa Educação Infantil na área da 6ª CRE, aceitamos o desafio, através da Gerência de Intersetorialidade (GIN), atrelada à Coordenadoria da Primeira Infância (CPI) da SME, de receber em nosso território o projeto "Museu em movimento" do Museu de Ciências da Terra, localizado na Avenida Pasteur, nº 404 – Urca. Aceitar tal ação representou para a nossa equipe oportunizar para crianças bem pequenas, moradoras de bairros na Zona Norte do Rio de Janeiro com o menor índice de IDH da cidade, o contato com a instituição museu e com toda riqueza cultural que essa experiência poderia representar.

Em nosso primeiro encontro de alinhamento, fomos informadas de que nos seria ofertado a visita do projeto a 12 (doze) espaços que atendessem exclusivamente a crianças da creche e/ou pré-escola. Para tal seleção a equipe da E/SUBE/CPI/GIN nos solicitou que tais escolhas fossem direcionadas para as

¹ A 6ª CRE atende aos bairros de Acari, Anchieta, Barros Filho, Coelho Neto, Colégio, Costa Barros, Deodoro, Guadalupe, Irajá, Parque Anchieta, Pavuna e Ricardo de Albuquerque.

unidades que se localizassem nos territórios acompanhado pelo Programa Primeira Infância Carioca (PIC), que tem como finalidade, conforme a meta M16 do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2021-2024, promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância (de 0 a 5 anos e 11 meses), através da integração intersetorial. A partir desse recorte definido, nosso olhar se voltou para as Unidades Escolares pertencentes ao Complexo da Pedreira e ao Complexo do Chapadão, onde as Unidades selecionadas foram: CM Luiza De Barros de Sá Freire, CM Simone de Beauvoir, EDI Profª Beatriz de Souza Madeira, EDI Sebastião Tavares do Nascimento, EDI Profª Daniele Simões de Souza Lopes, CM Silvio Amâncio, CM Yara Amaral, CM Luis Carlos Prestes, CM Prof. Rogério Pedro Batista, EDI Ana Maria Cristina Marques Ribeiro, EDI Frota Pessoa e EDI Mariza Alves Pimenta.

Após a definição das Unidades Escolares, formalizamos o convite com cada equipe diretiva, apresentando a proposta do projeto e agendando uma visita imersiva de um profissional de cada Unidade com a equipe do museu *in loco* com o objetivo de apresentar o espaço onde o Museu de Ciências da Terra está situado, contato com o acervo em exposição, e apresentação do projeto "Museu em Movimento" que seria desenvolvido em cada Unidade.

Acreditamos que a possibilidade de conhecer o projeto previamente motivou as Unidades a desenvolverem projetos que mobilizassem esses espaços educacionais a vivenciar a experiência de receber o museu com todas as possibilidades e potencialidades que este momento poderia agregar a estas comunidades escolares. Outro demarcador que pudemos observar foi o fato de o Museu de Ciências da Terra, por ser um museu

ARTIGO

de geologia e paleontologia, ter despertado a curiosidade e o fascínio das crianças pelos dinossauros, o que rendeu encontros e visitas que contaram com a participação das crianças desde as turmas de berçário até a pré-escola, com o mesmo encantamento, participação e envolvimento.

Conforme o planejamento ao longo do processo, realizamos uma reunião avaliativa com as Unidades Escolares e com a equipe do museu, trazendo um feedback das Unidades que já tinham sido visitadas e realinhando as visitas futuras. É diante deste processo avaliativo que a equipe do museu traz para nós e para as Unidades suas impressões acerca das visitas já realizadas, e diante de todas as atividades vivenciadas e expostas nas visitas, somos convidadas a construir juntamente com o museu a exposição “Os poderes do Museu”, que seria construída a partir das produções feitas pelas crianças ao longo do projeto.

A partir deste convite, nosso alinhamento com as Unidades se constituiu na garantia de que todas estivessem representadas nesta exposição, com as produções das crianças realizadas ao longo do ano. O acervo se tornou amplo e com experiências específicas de cada Unidade. Elas apresentaram uma pluralidade de propostas que refletiam o protagonismo infantil e a identidade de cada projeto desenvolvido. Nosso desafio se constituiu nesse momento, juntamente com a equipe do museu, em orientar as Creches e EDIs na seleção e conservação das produções, para a devida exposição na data agendada.





Em meio à expectativa de termos nosso território representado em um espaço institucional de referência, na Zona Sul da cidade, encaramos uma inquietação que surgiu nesse processo: já que as crianças iriam ao museu através de suas produções, como não oportunizar aos seus corpos "atravessarem o túnel" para ocuparem este lugar que é tão delas como sujeitos de direitos que já o são? Neste contexto, diante do constante diálogo entre a nossa equipe e o Nível Central, foram viabilizados ônibus para as doze Unidades Escolares, garantindo, assim, que as crianças e suas famílias pudessem ocupar o museu.

A exposição "Poderes do Museu" foi inaugurada no dia 7 de dezembro de 2022 e permaneceu aberta à visitação do público ao longo dos meses de dezembro e janeiro. Foram ocupados dois espaços do museu com os objetos levados pela equipe do projeto nas visitas às UEs, perpassando pelas poesias da professora Denise Cruz, e culminando com a exposição de mais de 40 produções das crianças das 12 Unidades visitadas.

ARTIGO

*Deu Match
Relacionamento sério no status
6ªCRE e Museu
Não é apenas uma ideia
Já é um fato!
Produção com direito à assinatura
El também é lugar de produzir cultura
Kits distribuídos, mãos à obra!
Acervo lindo a ser construído a partir do agora!
Caixas cheias de memórias e verdades
Para contar várias histórias nas unidades
Que chegarão ao Museu para levar dos pequenos,
descobertas e novidades!
Fazer chegar ao Museu o cheiro da El
Essa missão começa aqui!
Museu também é para a Pedreira, Chapadão e Acari!
Esse é o grande movimento: poder ir e poder vir!
O Planeta vive tantas transformações ao longo do tempo
Nossos fazeres - Escola e Museu - também se transformam e transformam:
estamos sempre em movimento!
Que formas a El terá do mundo explicar?
Aguarde e verá!
(Denise Cruz)*

Durante todo projeto, foram dias de intensas interações entre as crianças, profissionais do museu, famílias e toda comunidade escolar. Os profissionais das Unidades destacaram que a iniciativa proporcionou inúmeras possibilidades de diálogo entre os equipamentos públicos de Educação e Cultura, esperando as pessoas em suas convicções de que crianças bem pequenas, de qualquer território, podem e devem explorar vivências científicas e culturais, demonstrando que as barreiras sociais precisam ser rompidas.

E, diante da possibilidade de vivenciar o projeto "Museu em Movimento" realizado pelo Museu Ciências da Terra, as Unidades envolvidas desenvolveram propostas pedagógicas que evidenciaram todo o envolvimento/engajamento das crianças, suas



famílias e profissionais, produzindo um efeito para além dos muros institucionais, que culminaram na ampliação do projeto, conduzido para um movimento cíclico onde o museu ocupou o Complexo do Chapadão e o Complexo da Pedreira e nossas crianças ocuparam o museu.

REFERÊNCIAS:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - 2021. **Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio sempre Rio**. Rio de Janeiro.

RIZZINI, Irene. **Projeto Rede Brincar e Aprender**. Rio de Janeiro, CIESPI/ PUC-Rio, 2006.

SME. **Plano Municipal pela Primeira Infância**. Rio de Janeiro, CIESPI/ PUC-Rio, 2012.

ENTREVISTA

A LGPD LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA PRÁTICA

EDIÇÃO: MARCIO MARTINS

**ANA PAULA
VASCONCELLOS
DA SILVA**

Doutora em Estratégias, Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPED/UFRJ, Mestre em Direito pela UERJ. Atualmente coordena a implementação do Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

**ALINE CARDOSO
DE SOUZA**

Administradora de Empresas, cursando os preparatórios EXIN para certificação de DPO e Segurança da Informação, Encarregada de Dados da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro.

No contexto da atual sociedade de informação, onde a inteligência de dados gera tanto esperanças quanto responsabilidades na criação de novas políticas públicas para lidar com nossos desafios, é crucial estabelecer um equilíbrio e definir critérios para garantir o uso responsável dos dados pessoais da população.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor em setembro de 2020 e tem como objetivo proteger os dados pessoais dos cidadãos brasileiros. É uma legislação complexa que afeta toda a administração pública que coleta, armazena e processa dados pessoais.

Para entender melhor como a LGPD afeta a administração pública e os cidadãos, conversamos com Ana Vasconcellos e Aline Cardoso, que compartilham sua visão sobre a LGPD e como a administração pública pode se preparar para cumprir as exigências da lei.

O IMPACTO DA TRANSPARÊNCIA E A *ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO PÚBLICA.

Uma das principais implicações da LGPD é a necessidade de garantir a proteção dos dados pessoais dos cidadãos e sua privacidade. Isso significa que a coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento de dados pessoais deve ser realizado de maneira transparente e segura. Com a LGPD, os cidadãos terão maior controle sobre seus dados pessoais, podendo solicitar o acesso, correção e exclusão desses dados. Além disso, a LGPD prevê a necessidade de consentimento expresso dos titulares dos dados antes de coletar e processar seus dados pessoais.

Essas medidas podem aumentar a confiança dos cidadãos na gestão pública, melhorando a transparência e a *accountability*, já que os cidadãos terão mais informações sobre como seus dados estão sendo utilizados e poderão exigir maior responsabilização das instituições públicas em caso de violações à privacidade. Segundo Ana Vasconcellos, que coordena a implementação do Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) traz como um dos seus princípios a transparência, isso significa, para a especialista, “que caberá a todas as instituições que utilizam dados pessoais – inclusive às instituições públicas – dar transparência ao modo como utilizam os dados pessoais sob sua responsabilidade. Essa diretriz facilita ao cidadão saber como o Poder Público utiliza os seus dados pessoais, permitindo, assim, maior controle social sobre a gestão pública.”

Aline de Souza, Encarregada de Dados da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SMFP), ressalta que a LGPD é uma oportunidade interessante para chamar a atenção dos gestores do alto escalão do serviço público a terem mais responsabilidade sobre os dados pessoais coletados dos cidadãos.

A Administradora de Empresas considera que as ações mais urgentes no momento são a auditoria dos contratos já existentes com normas-padrão orientativas, o mapeamento dos dados pessoais nos fluxos de serviços e a manutenção desses registros atualizados. Aline ressalta a importância da análise de riscos, que contenha um plano de ação para mitigar os riscos e vulnerabilidades encontradas e a criação de cartilhas de boas práticas e de uma política de privacidade que seja de conhecimento de todos os agentes atuantes na administração pública.

O USO DE TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A LGPD também pode estimular o desenvolvimento de tecnologias e inovações que respeitem os direitos dos cidadãos à privacidade e proteção de dados pessoais, o que pode levar a soluções mais eficientes e sustentáveis na gestão pública municipal do Rio de Janeiro.

Investida na aplicação da LGPD na Fazenda, Aline considera que a Lei, quando bem aplicada, detecta dentro das organizações públicas diversas vulnerabilidades. “Temos encontrado sistemas obsoletos com linguagens de programação obsoletas, falta de analistas para atualizar e gerenciar esses sistemas e, principalmente, a falta de relatórios de controle que demonstrem esses riscos de forma clara e com um plano de ação para resolvê-los ou minimizá-los.” Para ela, é essencial que secretários de pasta e demais gestores se comprometam a entender os problemas e a tentar solucioná-los. “Sem isso podemos dizer que estamos longe de ter a inovação tecnológica que tanto precisamos para tornar nossos sistemas e serviços mais eficientes, disponíveis, confiáveis, econômicos e transparentes. Não se pode melhorar o que não se conhece e o que não se mede. Conscientização e responsabilização são urgentes no setor público.”

Ana Paula ressalta que para que os governos possam desenvolver e implementar novas tecnologias que tornem seus serviços, processos e políticas públicas mais eficientes, com cada vez mais qualidade e orientadas às necessidades do cidadão, serão necessárias grandes massas de dados – incluindo dados pessoais. “Dessa forma, a Lei Geral de Proteção de Dados será muito importante para trazer diretrizes aos governos sobre o modo como esses dados pessoais devem ser utilizados, respeitando os direitos do titular de dados e os princípios constantes na lei. Assim, as novas tecnologias e inovações serão sempre muito bem-vindas – porém, os cuidados necessários para o tratamento adequado dos dados pessoais precisarão estar no centro das atenções do Poder Público para que seja possível utilizá-las.”

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais é uma legislação recente, cujas diretrizes só passaram a estar inteiramente em vigor a partir de agosto de 2021, lembra Ana Paula. “Trata-se de um normativo que exige uma mudança cultural muito grande – e, como toda mudança cultural, exige muito esforço, sensibilização das equipes e readequação dos processos de trabalho.”

Qualificação permanente dos servidores públicos municipais e a elaboração dos procedimentos de governança em proteção de dados pessoais são destacados por Ana Paula como os principais desafios. Aline corrobora a necessidade de treinamento e acrescenta desafios como a falta de recursos, a falta de pessoal, a falta de comprometimento da maior parte dos gestores e a falta de ampla conscientização e responsabilização. “Nossa equipe de implementação da LGPD na Fazenda costuma dizer que a cada ação que fazemos precisamos quebrar (ou escalar) uma muralha.” Aline enfatiza que é preciso ter muita habilidade e comprometimento com o projeto para ultrapassar essas barreiras e mostrar que o assunto é importante para todos.

PREOCUPAÇÕES QUE OS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS COM A VIGÊNCIA DA LGPD.

A LGPD estabelece responsabilidades para os controladores e operadores de dados pessoais, o que significa que os gestores públicos municipais podem ser responsabilizados por violações à lei ou por não garantir a proteção adequada dos dados pessoais. Aline orienta que a LGPD já está em vigor e a ANPD, que é a Autoridade Nacional de Proteção dos Dados, já está habilitada para infligir penalidades às empresas públicas e privadas. “Os titulares dos dados têm vários direitos elencados pela lei, por exemplo, podem exigir de qualquer órgão público a relação de dados pessoais que eles armazenam sobre essa pessoa e com qual finalidade esses dados são tratados. Os órgãos e seus gestores devem estar preparados para responder a estas requisições. Há que se ter muito mais cuidado no tratamento de dados sensíveis, como origem racial, gênero, partidos ou filosofias políticas, questões genéticas, de saúde, que podem trazer discriminação. E também dos dados de crianças, adolescentes, deficientes e idosos tutelados porque são a parte mais vulnerável da nossa sociedade.”

Ana Paula frisa que os direitos do titular de dados pessoais precisam estar no centro das atenções do gestor público municipal, “especialmente porque esse direito tornou-se direito fundamental constitucional em 2022, passando a integrar o rol do art. 5º da Constituição Federal.”

A Doutora em Estratégias, Desenvolvimento e Políticas Públicas reforça que, “para que tais direitos sejam garantidos, é muito importante ter o Encarregado de Dados Pessoais, devidamente nomeado e com suas informações de identidade e de contato divulgadas publicamente, para fornecer informações ao cidadão carioca sobre o modo como os dados pessoais são utilizados. A Secretaria Municipal de Transformação Digital e Integridade

ENTREVISTA

Pública (SMTDI) possui em seu portal a lista com os nomes de todos os Encarregados de Dados Pessoais da Prefeitura, disponível no seguinte link: <http://smtdi.prefeitura.rio/lgpd/>."

O ESTÁGIO EM QUE ESTÁ A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

Ana Paula considera que a Prefeitura do Rio de Janeiro já avançou bastante na implementação da LGPD para adequar a Administração Pública municipal às normas e boas práticas de proteção dos dados pessoais e da privacidade do cidadão carioca. O Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais, estabelecido pelo Decreto Rio 49.558, de 6 de outubro de 2021, estabeleceu os seguintes eixos de atuação: **(i) compreender o problema, (ii) criar e revisar normativos**, com a criação de uma Política Municipal de Proteção de Dados para o Poder Executivo Municipal (atualmente em elaboração), além da produção de textos normativos e regulatórios, especialmente para orientar a adequação dos instrumentos jurídicos à LGPD e normas pertinentes; **(iii) gerenciar riscos, (iv) elaborar instrumentos**, com o desenvolvimento de metodologias, minutas-padrão e modelos de documentação já regulamentados¹ e **(v) capacitar e sensibilizar**, que prevê a promoção de capacitações para os agentes públicos municipais, de modo a fomentar uma cultura de proteção de dados no âmbito da Administração Pública Municipal.

¹ Resolução SEGOVI 91/2022

"Estes eixos estão sendo estruturados e colocados em prática de modo simultâneo, permitindo que a implementação das diretrizes constantes da LGPD e das legislações correlatas avance de forma decisiva na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro."

Ana Paula Vasconcellos da Silva

Pelo lado da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, da qual é a Encarregada de Dados, ou seja, a responsável pela coordenação da implementação da LGPD, Aline compartilha que a equipe está atuando nesse projeto desde setembro do ano passado, com a criação do Comitê de Privacidade e apresentação do tema à Alta Gestão da Secretaria. Esse projeto está sendo acompanhado desde o início pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas da Prefeitura (SUBPAR) e tem contado com o apoio de Andrea Senko, Secretária de Fazenda e Planejamento, da Fundação João Goulart, da Direção de Segurança da Informação da Iplan-Rio e da Encarregada de Dados da Prefeitura, Ana Paula Vasconcellos e sua equipe.

“Já mapeamos a nossa unidade administrativa-piloto, que foi a Superintendência de Patrimônio, unidade responsável pelo gerenciamento do patrimônio imobiliário do município e também é uma importante unidade arrecadadora, com a ajuda excepcional de seus gestores e assessores, e com a importante participação dos membros do nosso Comitê de Privacidade. Conseguimos finalizar nosso primeiro relatório de análise de riscos e plano de ação que já está sendo colocado em prática. Na última semana de maio faremos o treinamento de 100% dos servidores da unidade piloto. Estamos muito felizes com o resultado. Foi um sucesso. Agora estamos mapeando outra importante unidade administrativa da Fazenda que é a Receita Rio, responsável pela arrecadação tributária do município. Mas ainda há muito trabalho pela frente! A boa notícia é que nossa ferramenta de mapeamento será convertida em aplicativo pela Iplan-Rio e em breve será disponibilizada a todos os encarregados de dados que queiram fazer uso dela na implementação da LGPD.”

Aline Cardoso de Souza

ENTREVISTA

Aline encerra lembrando que, no caso do Rio de Janeiro, já temos atendimento específico às solicitações referentes à LGPD pelos canais do 1746, seja pelo portal, telefone, aplicativo ou atendimento presencial. "Para os órgãos públicos que ainda não disponibilizaram um canal para atendimento, o cidadão pode procurar diretamente a ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que conta com uma área exclusiva para atendimento ao cidadão." Ana Paula lembra que os cidadãos cariocas podem exercer os seus direitos procurando os Encarregados de Dados Pessoais atuantes em cada órgão e entidade municipal. Os dados de contato dos Encarregados podem ser conferidos no portal LGPD da Secretaria Municipal de Transformação Digital e Integridade Pública (SMTDI), acessível através do seguinte link: <http://smtdi.prefeitura.rio/lgpd/>.

Conforme pudemos acompanhar com as especialistas, a implementação da LGPD nos órgãos públicos municipais requer ações integradas, que envolvam a conscientização dos servidores, a revisão dos processos internos, a alocação de recursos adequados e a contratação de profissionais especializados. Além disso, a ética, a transparência e a cultura de proteção de dados devem ser incorporadas em todas as atividades relacionadas ao tratamento de informações pessoais. A implementação da LGPD não é apenas uma obrigação legal, mas uma oportunidade para promover a confiança e a segurança dos cidadãos em relação ao uso de seus dados pessoais pelos órgãos públicos municipais.

Você já reparou que todo mundo tem um amigo que
ajuda a dar aquela segurada nos momentos difíceis?
COM O RIO NÃO SERIA DIFERENTE!

A GEO-RIO TRABALHA SEM PARAR

PARA GARANTIR A SEGURANÇA
DOS CARIOCAS

SÃO INÚMERAS OBRAS DE CONTENÇÃO DE
ENCOSTAS REALIZADAS POR TODA A CIDADE.

**57 ANOS DE DEDICAÇÃO AO RIO
PARABÉNS, GEO-RIO!**

ARTIGO

DOCUMENTA RIO SMAS:

AÇÕES INOVADORAS PARA FACILITAÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL À DOCUMENTAÇÃO CIVIL

FERNANDA FERREIRA NUNES DA SILVA

Assistente Social graduada pela UERJ, mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela UFRJ e atual Gerente de Ações Integradas, da Coordenadora de Ações Especiais da Subsecretaria de Proteção Social Básica da SMAS/PCRJ.

COAUTORAS:

ELIZABETH SOUZA DA SILVA

Assistente Social, Coordenadora de Ações Especiais (CAE) da SUBPSB/SMAS.

GLÓRIA MARIA ROSA DA SILVA

Assistente Social, Técnica da Gerência de Ações Integradas da CAE/SUBPSB/SMAS.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo o registro do processo de trabalho desenvolvido no âmbito da Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do Rio de Janeiro, pela Coordenação de Ações Especiais (CAE) e Gerência de Ações Integradas (GAI), no que se refere à execução do Programa Documenta Rio, que reúne iniciativas estratégicas para o aumento do acesso da população mais vulnerável à documentação civil.

O direito à identificação civil é um direito humano básico garantido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2002). A documentação civil constitui um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme previsto na meta 16.9: *"Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento"*.

Ao ser registrado civilmente, um cidadão torna-se uma pessoa visível para o Estado, permitindo o planejamento de políticas públicas de forma mais assertiva e o usufruto de direitos.

O acesso à documentação civil é uma pré-condição para o estabelecimento da segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social, conforme diretrizes da Política Nacional de Assistência Social. No presente, apresentamos as soluções inovadoras pertinentes ao diagnóstico de demandas, ampliação do campo informacional dos profissionais e população atendida e implementação de metodologias pioneiras em parceria com outras políticas públicas e órgãos emissores de documentação civil.

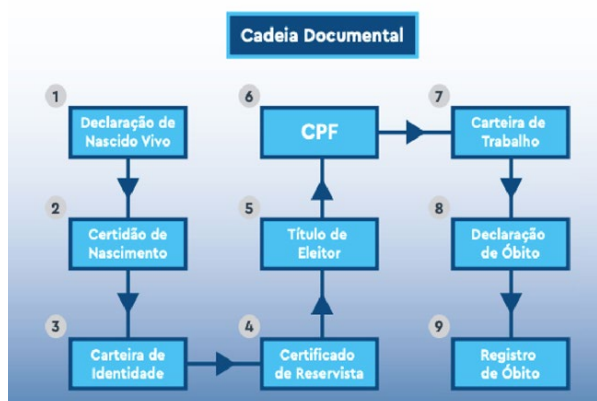
DESENVOLVIMENTO

A história do registro civil tem origem no ato dos escribas quando registravam a aquisição de imóveis e a celebração de casamentos. Essa atribuição já foi da igreja nos tempos do Império Romano, que registrava os nascimentos através do assentamento do batismo. Nos dias atuais compete aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos.

O registro civil é o primeiro ato que oficializa a existência de uma pessoa para o Estado, materializado através da Certidão de Nascimento, condição para acesso aos demais documentos previstos na “cadeia” documental (vide esquema a seguir, que ilustra a relação de interdependência), composta por uma sequência de seis tipos de documentos, a saber: Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, Certificado de Reservista, Título de Eleitor, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho, cada qual com sua finalidade e órgão emissor específico.

Percorrer esse percurso para retirar cada documento civil não é um problema para a maioria das pessoas de classe média e alta, mas para a população mais vulnerável da cidade torna-se uma verdadeira *via crucis*.

As pessoas mais afetadas pela ausência de documentação, denominadas por Escóssia (2019) como “invisíveis”, são



“Cadeia documental”: percurso pode ser diferente considerando sexo e faixa etária.

as mesmas que sofrem situações de vulnerabilidade social e violação de direitos, e se depararam com barreiras concretas.

A ausência de documentação civil repercute diretamente na falta de acesso a direitos básicos, tais como: tratamento de saúde, emprego formal e, conseqüentemente, aos direitos trabalhistas e previdenciários, ao acesso a Programas Sociais e de Transferência de Renda, exercício dos atos da vida civil, como abrir conta em banco, casar, registrar um filho, viajar, entre outras situações.

De acordo com levantamento realizado pela GAI em março de 2020 junto aos profissionais da SMAS, as principais dificuldades de acesso à documentação civil básica dos usuários atendidos foram: o desconhecimento de como acessar cada documento e das leis que garantem o acesso gratuito para pessoas hipossuficientes, a falta de recursos financeiros para pagar passagem, entre outras dificuldades que acabam paralisando e desistindo no meio do caminho.

Os resultados da referida pesquisa foram essenciais para subsidiar o planejamento das ações da SMAS, na perspectiva de ampliação do acesso à documentação civil, para a população em situação de vulnerabilidade social.

Aumentar o acesso da população mais vulnerável à documentação civil é um desafio transversal, que envolve a capacidade de diversos órgãos de se integrarem através de um trabalho intersetorial, para combater esse problema comum com maior efetividade.

No município do Rio essa integração se materializa no âmbito do Comitê Municipal de Políticas para Promoção de Documentação Civil - COMDOC-RIO, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, criado pelo Decreto Rio nº 45.390,

ARTIGO

em novembro de 2018, que tem como principal objetivo planejar, implementar, monitorar e avaliar ações para a promoção do registro civil de nascimento e documentação civil básica. É nesse espaço que as relações institucionais se estreitam e convergem para a criação de soluções inovadoras para transpor as dificuldades vivenciadas pelo cidadão vulnerável.

O COMDOC-RIO é composto por 19 órgãos, sendo 10 da Prefeitura do Rio, junto a seis órgãos públicos externos, entre eles emissores de documentação civil e sistema judiciário, e mais três entidades da sociedade civil.

A medida mais relevante acompanhada pelo COMDOC-RIO para a erradicação do sub-registro civil de nascimento foi a instalação de unidades interligadas aos cartórios de registro civil de pessoas naturais dentro das maternidades que realizam em média 100 partos/mês, a fim de disponibilizar o serviço para os pais do recém-nascido realizarem o registro logo após o seu nascimento, preferencialmente, antes do momento da alta hospitalar.

Além disso, no âmbito da SMAS, em 2021, foi lançado o Programa Documenta Rio, com o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- Investimento na atualização dos profissionais que atuam nas unidades da SMAS com a ampliação de seu campo informacional acerca da documentação civil, através de **workshops** periódicos e descentralizados;
- Produção de material informativo, tanto para os profissionais do SUAS – **Cartilha Documenta Rio** (Figura 1), quanto para seus usuários – **Folders Documenta Rio** (Figura 2), por tipo de documento, que orienta corretamente o passo a passo para



Figura 1



Figura 2



Figura 3

- a retirada de cada tipo de documento civil, com QR codes interligados às páginas dos órgãos emissores;
- Disponibilização do **material informativo** de forma impressa e digital – Acesse: <https://linktr.ee/gai.subpsb> (Figura 3) – com orientação para ampla circulação entre profissionais da SMAS (Proteção Social Básica e Especial) e da rede socioassistencial, assim como lideranças comunitárias e usuários dos serviços;
 - **Sistematização mensal** do número de atendimentos prestados pela SMAS, no âmbito da Proteção Social Básica, referente ao acesso à documentação civil, por tipo de documento, de forma a elucidar a demanda socioassistencial identificada e planejar ações por territórios;
 - **Supervisão técnica e suporte** às unidades da SMAS nos casos de maior complexidade, como processos de registro tardio, 2ª via de certidões de outros estados, cujos assentamentos não foram digitalizados, entre outros;
 - Implementação de atendimentos integrados para a população vulnerável, em conjunto com os órgãos emissores de documentação civil. Destaque para a **implementação inédita no país do atendimento virtual, pela Receita Federal do Brasil (RFB)**, em equipamentos socioassistenciais e ações institucionais ou comunitárias, onde um funcionário

ARTIGO



Parceria RFB e SMAS

da RFB presta os serviços do CPF, em locais que a SMAS adentra para levar serviços de Proteção Social. Em geral, os atendimentos descentralizados são realizados dentro das comunidades, visando o atendimento das pessoas que enfrentam dificuldades para acessar tais serviços;

- **"Documenta Rio nas Escolas"**, com a realização de atendimento descentralizado e integrado nas escolas municipais do Rio de Janeiro, com a participação do Cartório, Departamento de Trânsito (Detran), Receita Federal, Defensoria Pública e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do território, com momento posterior de entrega das certidões de nascimento e carteiras de identidade. Os serviços relacionados ao CPF ocorrem de forma remota e os documentos emitidos são entregues no mesmo dia da ação, de forma impressa.



Documenta Rio
nas Escolas

CONCLUSÃO

Importa reconhecer que os frutos colhidos pelo Documenta Rio e COMDOC-Rio até aqui são resultado de ações intersetoriais, integradas e do compromisso institucional dos diversos órgãos, que se empenham em criar estratégias customizadas para os cidadãos cariocas. Os avanços desse programa vêm contribuindo para consolidar uma política de estado, longínqua e transversal, garantindo os direitos básicos para os cidadãos, a fim de superar suas dificuldades e melhorar suas condições de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCÓSSIA. Fernanda Melo da. **INVISÍVEIS: Uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro. 2019

MOURA, Mario de Assis. **Manual dos Escrivães do Cível**. 1a. ed. São Paulo, Editora Saraiva & Cia. 1934, p. 07.

DIEGO ZEIDAN

Secretário de Desenvolvimento Econômico Solidário do Município do Rio de Janeiro. Foi o Secretário de Economia Solidária de Maricá responsável pela ampliação do Banco Comunitário e da moeda Social Mumbuca. É filho do ex-prefeito de Maricá Quaquá e da Deputada Estadual Zeidan e atual Vice-Prefeito de Maricá. Se licenciou do cargo para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário do Município do Rio de Janeiro.

BANCOS COMUNITÁRIOS COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Há algum tempo se discute no Rio de Janeiro a implantação de Bancos Comunitários e Moedas Sociais como instrumentos locais de desenvolvimento. Bancos comunitários são organizações da sociedade civil que prestam serviços bancários em locais onde esses serviços não costumam estar disponíveis, como favelas, bairros periféricos, comunidades ribeirinhas e regiões do interior. Geralmente, essas entidades também passam a emitir suas próprias moedas

sociais para fomentar as trocas locais de mercadorias e serviços. Esse tipo de experiência remete ao Banco Grameen, de Bangladesh, o primeiro do mundo a criar o sistema de microcrédito, que rendeu a seu criador, Muhammad Yunus, o Nobel da Paz, e ao Banco Palmas, primeiro Banco Comunitário do Brasil e pioneiro na implementação de moedas sociais em nosso país. Nas últimas eleições municipais as propostas de criação de bancos comunitários permearam o debate político na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, tendo como exemplo o Banco Mumbuca, de Maricá, RJ. Agora, com a recriação, pelo prefeito Eduardo Paes, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário, o debate volta para a Prefeitura do Rio, com a proposta de criação de um banco comunitário e de uma moeda social carioca.

Uma das faces da desigualdade social é a falta de oportunidades para que as pessoas saiam do círculo vicioso da pobreza. Um dos fatores que ajudam a perpetuar a desigualdade é a desbancarização da população brasileira, já que cerca de 30% dos brasileiros não

possui conta em banco, de acordo com estudo do Global Findex de 2017, sendo esse percentual composto majoritariamente por pessoas de baixa renda. Os bancos comunitários são uma ferramenta importante de inclusão da população mais carente no sistema financeiro, quebrando os preconceitos que essa parcela da população sofre ao, por exemplo, não conseguir passar em uma porta giratória, e dando acesso a linhas de crédito a juros acessíveis e abaixo do mercado, sejam elas para empreender, para realizar reformas habitacionais ou para consumir. Esse tipo de política social promove uma verdadeira democratização dos serviços bancários, como é possível observar em cada um dos mais de 150 bancos comunitários espalhados pelo Brasil.

Maricá, a primeira cidade do Brasil a criar um banco comunitário por iniciativa do poder público (já que geralmente eles são criados por iniciativa da sociedade civil organizada), virou referência nesse tipo de política, inspirando outros municípios do Estado a seguir seus passos. As moedas sociais municipais

geralmente vêm acompanhadas de programas municipais de transferência de renda. Atualmente já são seis moedas sociais no Estado do Rio de Janeiro, além da já citada Mumbuca, de Maricá; Araribóia, de Niterói; Elefantina, de Porciúncula; Itajuru, de Cabo Frio; Saquá, de Saquarema; Pedra Bonita, de Itaboraí; e Caboclinho, de Iguaba Grande. Seus impactos podem ser vistos nos dados econômicos de Maricá, que foi a cidade do Rio que mais criou empregos formais no ano de 2022, segundo dados do CAGED e a única cidade do Estado que teve saldo positivo de empregos formais durante a pandemia de COVID-19, a partir de um investimento da Prefeitura de mais de 500 milhões de reais na moeda social para mitigar os impactos do isolamento social.

O próprio funcionamento da moeda social promove esse tipo de crescimento econômico, já que fomenta que os valores investidos pelo poder público nos programas de transferência de renda e de renda básica de cidadania permaneçam no território de origem e no pequeno e médio comércio, aumentando

a demanda de produtos e serviços locais e, consequentemente, gerando empregos. Além disso, com a utilização da moeda social como forma de pagamento, as taxas administrativas cobradas a cada transação financeira deixam de servir para engordar as margens de lucro das operadoras financeiras e passam a ficar no território através dos bancos comunitários, financiando a política de crédito e dinamizando ainda mais a economia local.

Contudo, cabe ressaltar que um fator essencial para a efetividade das moedas sociais e bancos comunitários é o apoio e o investimento dos governos na ampliação e/ou na implementação desse tipo de política. Os bancos comunitários existem há 25 anos no Brasil, sempre em pequenas comunidades e com impacto apenas local e reduzido pela falta de recursos circulando através de suas moedas sociais. No município do Rio de Janeiro já existiram experiências de bancos comunitários, como a da moeda CDD, na Cidade de Deus, que sem apoio dos governos acabou descontinuada por falta de financiamento.

A moeda Mumbuca, de Maricá, que também foi a primeira moeda social digital do Brasil (até 2013, ano de sua criação, todos os bancos comunitários imprimiam suas moedas em papel), rapidamente cresceu e ganhou adesão por conta do investimento da Prefeitura. Atualmente ela virou a maior moeda social do Brasil, com uma circulação mensal de mais de 30 milhões de reais e mais de 80 mil contas abertas dentre beneficiários dos programas sociais, comerciantes e correntistas. Em 2022, os servidores públicos municipais também passaram a receber vale-alimentação em moeda social em Maricá.

Já a proposta de implementação para a cidade do Rio de Janeiro prevê a criação de Bancos Comunitários em cada favela carioca e a criação de uma única moeda para todo o Rio, a moeda Samba, mas com uso local em cada comunidade, sendo administrada em cada território pelo seu respectivo banco. Será vital para a consolidação e crescimento da moeda social o pagamento de benefícios sociais através dela. Para isso, não é preciso criar nenhum novo benefício,

mas apenas utilizar a moeda como meio de pagamento de programas já existentes como o Bolsa Família, o Renda Família Carioca, o Prato Feito Carioca, o Aluguel Social, dentre outros. Também está prevista a criação de linhas de crédito para empreendedorismo comunitário e para pequenas reformas habitacionais, que serão oferecidas em conjunto com oficinas de educação financeira e de planejamento de negócios.

Os Bancos Comunitários vêm se consolidando no Brasil e no mundo como ferramentas de desenvolvimento territorial e local, ajudando a combater as desigualdades e a trazer dignidade, qualidade de vida e oportunidades para as comunidades nas quais estão inseridos. Os exemplos e resultados são concretos e podem ser observados no Banco Mumbuca de Maricá, RJ, no Banco Palmas de Fortaleza, CE, no Banco Grameen de Bangladesh e em diversos outros. Essa pode ser uma solução inovadora para ajudar a combater as desigualdades nas favelas do Rio de Janeiro, locais marginalizados e historicamente esquecidos pelo poder público, que merecem uma atenção e um carinho maior dos governos.

ARTIGO

IN_SER_IR

ARTE A SERVIÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SHEILA MARIA DE OLIVEIRA

Graduada em Serviço Social pela UFRJ, MBA em Gestão Empresarial pela UCAM, Servidora Pública e Líder Carioca. Foi Subsecretária de Proteção Social Especial na SMAS em 2021 e 2022 e atualmente ocupa a Assessoria da Coordenadoria de Direitos e Conselhos da SMAS. À época do projeto era Subsecretária de Proteção Social Especial.

COAUTORAS:

GABRIELA DE GUSMÃO PEREIRA

Curadora do Projeto IN_SER_IR, mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP e doutoranda em Artes e Design pela PUCRio. À época era assessora na Subsecretaria de Proteção Social Especial.

SANDRO MONTEIRO

Cientista Social, pós-graduado em Gerenciamento de Projetos, Técnico de Referência do Projeto IN_SER_IR, integrante da Gerência de Proteção e Acompanhamento às Famílias na Subsecretaria de Proteção Social Especial.



1. Exposição IN_SER_IR: visita à Galeria do Espaço Municipal Cultural Sérgio Porto. (acervo da equipe)

Como já se observava e agora se comprova pelo censo realizado em 2022¹, durante o período pandêmico, verificou-se um número crescente de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade extrema. O cenário desolador se intensificou tornando cada vez mais complexa a tarefa de assumir a gestão de ações positivas e potencialmente transformadoras desse quadro.

A reflexão sobre as modalidades de acolhimento e abordagem capazes de responder às demandas e às necessidades, levando em consideração a pluralidade de perfis do público que procura por abrigo, conduziu-nos à busca por novos meios de atuar com a população atendida nas Unidades e a investir em propostas apoiadas no eixo cultural. Uma das iniciativas, objeto do presente artigo, é o projeto IN_SER_IR, cuja metodologia consiste na realização de oficinas fotográficas de livre olhar realizadas em caminhadas pelo centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, em visitas participativas a unidades de reinserção e, também, a instituições culturais.

1 O Censo de População em Situação de Rua do Rio de Janeiro aconteceu entre 21 e 25 de novembro de 2022, de segunda a sexta-feira, com exceção do dia 24, quando houve jogo do Brasil na Copa do Mundo. A coleta de dados foi organizada espacialmente, considerando-se a quantidade de entrevistas e observações, previstas de serem efetuadas nos diferentes locais da cidade. Foram identificadas 7.865 pessoas, conforme resultados divulgados no site <https://censorua-pcrj.hub.arcgis.com/>



2, 3 e 4. Adilson Silva, Marco Aurélio Galvão e Diego Prazeres na Oficina, 11 de Março de 2022, no centro.
(acervo da equipe)

Para além do caráter educativo, as ações propostas eram um convite à descoberta de caminhos para geração de renda ou para experimentar a fotografia como expressão poética e vivenciar positivamente o simples andar pelas ruas da cidade com olhar renovado e presença valorizada. Dois fotógrafos profissionais voluntários, Cláudia Poggio e Marcos Custódio, juntaram-se à equipe. Nossa gratidão a eles e ao fotógrafo Fernando Maia, da Assessoria de Comunicação Social da SMAS, que com a dedicação de seu tempo, entrega de saberes e contribuição com equipamentos nos levaram a um cenário de protagonismo para os participantes com a montagem de duas exposições em centros culturais estabelecidos no circuito de arte.

As oficinas resultaram em exposições fotográficas envolvendo 13 Unidades, 33 participantes diretos, contando com a presença de outros 80 acolhidos que compareceram ao longo da temporada às aberturas, palestras e debates que aconteceram nas galerias do ECMSP – Espaço Cultural Municipal Sérgio Porto (de 15 de Fevereiro a 15 de Março de 2022) e do CMAHO – Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica (de 11 de Maio a 10 de Junho de 2022). Extrapolando os limites da SMAS, atingimos um público de aproximadamente 500 pessoas acessando as exposições ao longo das duas temporadas, de acordo com registros de presença e estimativa de público fornecidas pelos espaços.



5 e 6. Convites para Exposições no ECMSP e no CMAHO. (acervo do equipe)

"E as bobagens do nosso daydream diário se enriquecem. Vê-se que elas não são bobagens. São o pé calçado para o delirium ambulatorium renovado a cada dia."
Hélio Oiticica

O material das oficinas revelou alta qualidade, surpreendendo participantes e equipe envolvida. Apostando na potência das imagens produzidas, inscrevemos cinco participantes no concurso de fotografias "Olhos de Ver", Edição Olhos de Reviver Centro, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Para isso, recebemos apoio financeiro de colecionadores de arte que acreditaram no projeto e preferiram se manter anônimos. Sem esse suporte, as fotografias de Adilson José Saturnino da Silva, Diego Prazeres e de Germano Costa Franco não teriam sido contempladas nos concursos. Aqui se comprova uma vez mais a importância de parcerias com a sociedade civil.

Com esse projeto, escrevemos com luz uma linha da história do Rio de Janeiro, além de buscarmos gerar reflexão sobre o cotidiano da cidade dando olhar e voz a uma parcela da população que clama por reconhecimento e oportunidades de reintegração. As paisagens, retratos, cenas do universo urbano e os processos vividos são fruto da parceria entre a equipe da SUBPSE, fotógrafos profissionais voluntários e a população atendida nos abrigos, sempre com respeito ao direcionamento



7. Salto duplo na paisagem carioca – fotografia de Diego Prazeres, contemplada no concurso.
8. Hoje Tudo Azul – fotografia de Adilson José Saturnino da Silva, contemplada no concurso.
9. Antes, agora e sempre – fotografia de Germano Costa Franco, contemplada no concurso.
10. Moinho Fluminense – fotografia de Germano Costa Franco, contemplada no concurso.



de olhar de cada participante do projeto além de seu desejo de ser visto de um modo específico ou num determinado espaço.

Após as oficinas, exposição e sucesso no concurso, uma grata surpresa: Diego conquistou por merecimento uma vaga num curso profissionalizante e ganhou uma câmera profissional de uma admiradora de seu trabalho. Ele está em processo de reinserção social, ainda abrigado, mas gerando renda para seu sustento através das fotografias que vende na rua como lambe-lambe digital.



Essa experiência de inovação na forma de acolhimento confirmou que o processo de renovação de relações sociais pode surgir da ressignificação engendrada pelo olhar afetivo para uma realidade adversa.

“A realidade se transforma pelo modo como observamos. A coragem de fazer diferente me trouxe a surpresa da descoberta de um talento.”

Diego Prazeres, 32 anos



Os puffs que constam na imagem da Exposição no Espaço Cultural Municipal Sérgio Porto, foram produzidos pelos usuários acolhidos na Unidade de Reinserção Social Rio Acolhedor e vendidos durante a Exposição.

JANA LIBMAN

Analista Técnica Administrativa graduada em Comunicação Social (UFF), com pós-graduação em Comunicação e Imagem (PUC-RJ) e em Psicologia Positiva (IIPsi+). Possui certificação em Coaching Integrado (ICI) e participante do Programa Women's Leadership Network (Columbia University).

COMPETÊNCIAS

Organizações são ambientes interessantes. Quem nunca trabalhou numa empresa, repartição, órgão público, deixa de ter a oportunidade de vivenciar a grande riqueza de experiências que só um ambiente com muita gente diferente reunida, convivendo várias horas todos os dias, pode proporcionar. São locais onde as pessoas têm a possibilidade de mostrar suas várias competências, que quando bem utilizadas, podem alavancar processos e projetos e fazer equipes e pessoas florescerem.

Por exemplo, carisma é uma competência e tanto. A pessoa carismática consegue interagir em diferentes ambientes, tem autoestima alta, é presença requisitada em diferentes rodas de conversa. Ela consegue criar uma rede de contatos forte, o que é uma grande vantagem competitiva, especialmente

em ambientes em constante mudança. Mas deve sempre lembrar que as pessoas numa rede têm individualidades e opiniões próprias, e se relacionam para a construção de objetivos comuns. Com uma retórica convincente, a pessoa carismática atrai pessoas para o seu convívio, o que pode ser ótimo para a formação de equipes coesas e produtivas. Há que se ter apenas o cuidado de não confundir rede com séquito. Aqui o autoconhecimento é importante, para que a pessoa carismática tenha a consciência que nem sempre a sua rede vai concordar em tudo, e que pessoas vêm e vão, assim é a vida.

Comunicação assertiva é outra competência muito valorizada nas organizações. Ter assertividade é importante para o posicionamento pessoal, para a exposição clara das próprias ideias e para colocar limites nas interações

cotidianas. Mas quando é usada até quando não se precisa, aliada a uma autoconfiança exagerada, pode trazer traços de arrogância e ares de superioridade. O que pode ser evitado com uma respiração mais profunda, um pensar algumas vezes antes de falar, para que o discurso saia com o tom certo, sem ferir ou machucar ninguém. Respeito é algo que se conquista, com atitudes, trabalho, interesse genuíno pelo outro, mesmo daquele de quem se discorda. Por isso o tom e o ritmo da fala, bem como a postura física durante o diálogo são importantes para criar um ambiente de colaboração, não de perturbação.

Bom humor e simpatia são outras competências que contribuem muito para um ambiente organizacional leve e acolhedor. Contar uma história engraçada e fazer os colegas darem boas gargalhadas ajuda a desanuviar e a renovar as energias do ambiente. Mas bom humor não é sarcasmo ou ironia, não é rir do outro, mas sim rir com o outro. A máxima “ahh, mas a gente só implica com quem gosta” não se sustenta, porque quando a gente gosta, não implica – aliás, não se deve implicar nem com quem não se gosta. Discordar não significa desrespeitar.

Ter simpatia e mostrar um sorriso sincero também faz toda a diferença, contanto que seja sincero mesmo. E a simpatia ganha muita força quando aliada à empatia, pois permite que a pessoa esteja totalmente presente nas suas interações. É uma fórmula que contribui para relações genuínas, mas com

um toque de leveza, com muito acolhimento e compreensão. Vamos lembrar que a energia não mente, em algum momento o sorriso simpático, mas falso, é descoberto. Nada melhor do que estar realmente presente, isso faz com que o outro saiba com quem pode contar e que possíveis parcerias podem surgir. Em espaços onde cada um se esforça para validar a presença do outro, não se permite que comportamentos como implicâncias, manipulações, puxadas de tapete, intrigas e agressões verbais tenham lugar, as pessoas sentem mais confiança para se expressarem e trazerem ideias, opiniões, questionamentos e divergências para o debate.

Precisamos sentir que somos vistos, valorizados, respeitados e reconhecidos. Todo o clima organizacional muda a partir dessa perspectiva. As organizações podem e devem ser espaços de construção coletiva, confiança, diálogo, colaboração, respeito, compaixão e empatia. Não é tarefa simples construir esse cenário. O caminho é longo, mas comportamentos que desagregam e afastam as pessoas não tem mais espaço – onde há dor, travas emocionais são criadas e a criatividade murcha. É absolutamente factível criar organizações saudáveis, onde os colaboradores se sintam acolhidos e confortáveis para se expressarem de forma plena e autêntica. É um objetivo que se alcança de forma coletiva, cada um dando a sua contribuição, de um jeito único, singular, mas junto, e sempre com muita competência.

CALÇADAS MUSICAIS

BOULEVARD 28 DE SETEMBRO

FLÁVIA ABRANCHES ABELHEIRA

Arquiteta e urbanista, servidora municipal desde 2015 e atualmente lotada no Escritório Técnico da Paisagem Cultural do IRPH

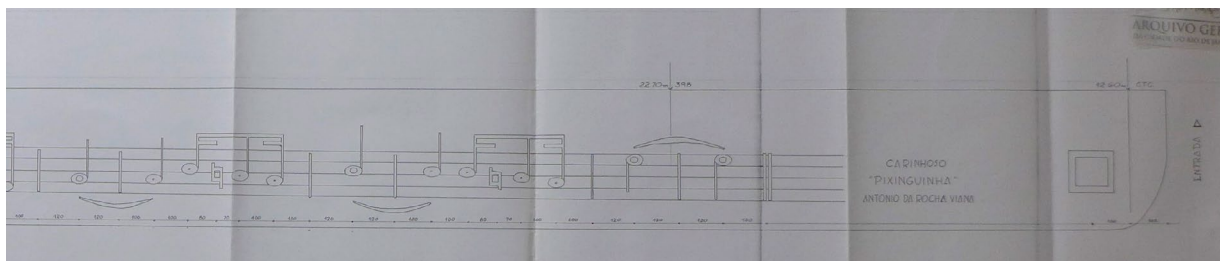


Escultura do Noel Rosa no Largo do Maracanã (acervo da arquiteta)

Vila Isabel é um bairro tradicional da zona norte do Rio de Janeiro. Famoso por abrigar inúmeros poetas e compositores, dentre os quais o notável Noel Rosa. É também considerado um dos berços do samba e reconhecido pela grande quantidade de botequins.

Uma de suas principais avenidas é o Boulevard 28 de setembro, cujo calçamento em mosaico de pedras portuguesas reproduzindo partituras musicais é um dos marcos característicos de Vila Isabel. Seus mais de um 1,5km de extensão permeiam a história da população com o bairro.

Para a realização do projeto, Almirante, famoso pesquisador da música popular brasileira, foi consultado para a escolha das músicas. Foram escolhidos diversos compositores que contribuíram para o desenvolvimento da música popular brasileira. O calçamento e suas partituras, nas cores preta e branca, foram projetados pelo arquiteto Orlando Magdalena, morador do bairro. O autor retratou dificuldade de paginar o projeto devido à grande variedade de partituras. Diante disso, e com a ajuda de alunos da UFRJ, foi feito um grande levantamento das testadas dos imóveis de toda a Avenida e assim as partituras foram



Partitura da música "Carinhoso" entre a Rua Silva Pinto e a Rua Luís Barbosa - planta esquemática (acervo Arquivo Geral)

paginadas para atender às diferentes dimensões das calçadas. O primeiro trecho, em frente à Escola Municipal República Argentina, tem como tema a canção "A Voz do Violão", de Chico Viola, e foi inaugurado em 1964.

O tombamento municipal realizado em Lei nº 2.790 de 27/4/1999 é justificado, visto que, além da profunda relação da população com a música popular brasileira, o patrimônio representa, assim, um bem ao qual foi atribuído a capacidade de ser um registro da história e cultura de uma sociedade, independentemente de sua natureza.

Podemos observar 18 calçadas com partituras musicais no Boulevard. Entre elas, podemos destacar: "O Abre Alas" – Chiquinha Gonzaga; "Pelo Telefone" – Ernesto dos Santos (considerado o 1º samba); "Feitiço da Vila" – Noel Rosa/Vadico – em frente à Associação Atlética Vila Isabel, "Carinhoso" – Pixinguinha/João de Barro, entre outras tantas que já fazem parte do dia a dia de quem percorre essas calçadas e vivencia o bairro repleto de histórias da música brasileira.

Por fim, um grande patrimônio não só para o bairro, como também para toda a cidade do Rio de Janeiro.



Música "Pelo Telefone" entre a Rua Jorge Rudge e a Rua Justiniano da Rocha (acervo da arquitetura)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ficha de tombamento do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

C A L M A R I O

ALEXANDRE CHERMAN

Astrônomo, físico, cientista de dados, escritor, servidor público e Líder Carioca. Gosta de procurar por detalhes e descobrir lugares silenciosos.

O nome oficial desta praça é Coronel Assunção, uma homenagem a Joaquim Antonio Fernandes Assunção, Comandante Geral do Corpo Militar da Polícia da Corte, nos anos finais do Império. Mas pergunte a qualquer morador da redondeza, ou qualquer carioca da gema, e você ouvirá o nome original: Praça da Harmonia.

Localizada na Gamboa, ali no final da Rua Sacadura Cabral, quase já na Orla Conde, essa praça tem história. Em uma das suas esquinas começou o levante conhecido como Revolta da Vacina (a original, dos tempos de Oswaldo Cruz; não essa coisa estranha que vimos recentemente em plena era do conhecimento!).

Uma visita à praça, nos dias de hoje, nos revela a bela fachada do 5º Batalhão da Polícia Militar, construção de 1908 que, em estilo eclético, lembra um castelo. (No lado leste da praça, fora do batalhão, vê-se o estande de tiro e, às vezes, o treinamento dos policiais interrompe o silêncio do lugar...).

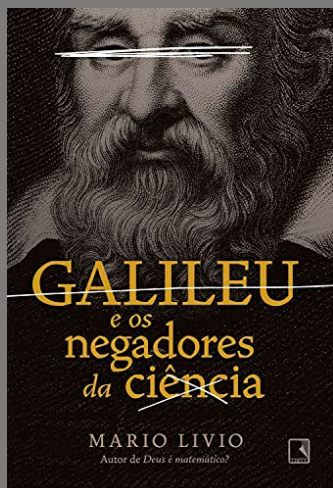
Há rumores de que um shopping será instalado no prédio histórico do Moinho Fluminense, que margeia a praça. Então se você quer visitar o lugar enquanto ainda é calmo, a hora é agora. O melhor jeito de chegar lá é ir de VLT. E aproveite a visita para conhecer o Cemitério dos Pretos Novos, ali pertinho, na Rua Pedro Ernesto.



PRAÇA DA HARMONIA, GAMBOA

#FICAADICA

ANDRÉ APPARIZ



GALILEU E OS NEGADORES DA CIÊNCIA

MARIO LIVIO

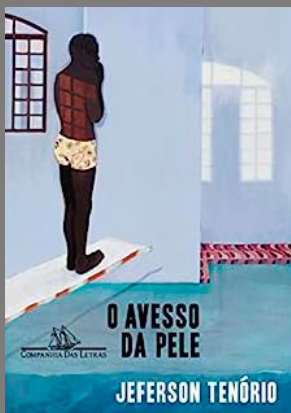
Uma obra envolvente e esclarecedora que mergulha profundamente na vida e nas conquistas do renomado cientista Galileu Galilei, ao mesmo tempo em que lança luz sobre as forças que se opuseram ao seu trabalho revolucionário. Este livro explora o desenvolvimento das ideias de Galileu e como ele ousou desafiar as crenças estabelecidas da época. Mario Livio retrata Galileu como um pensador audacioso e inovador, cujo trabalho em astronomia e física revolucionou nossa compreensão do universo. Ele descreve as observações telescópicas de Galileu e seu apoio ao heliocentrismo, uma teoria que colocava o Sol no centro de um sistema e contestava a visão geocêntrica amplamente aceita.

A obra não se limita apenas a descrever as realizações científicas de Galileu, mas também explora as tensões entre a ciência e a Igreja Católica, que acabaram por levá-lo ao confronto com a Inquisição. Livio examina a controvérsia em torno das teorias de Galileu e como ele se tornou um alvo para aqueles que consideravam suas ideias como uma ameaça ao dogma religioso.

Uma parte do livro destaca as conexões entre o trabalho de Galileu e as questões científicas e filosóficas contemporâneas, explorando os paralelos entre o negacionismo científico da época de Galileu e os desafios enfrentados pela ciência atualmente, abordando tópicos como a negação das mudanças climáticas e a desinformação sobre vacinas.

No texto, Livio consegue traduzir conceitos científicos complexos em uma linguagem acessível, oferecendo explicações claras sobre os princípios científicos envolvidos nas descobertas de Galileu, permitindo que leitores menos familiarizados com a ciência compreendam e apreciem plenamente a importância de seu trabalho.

"Galileu e os negadores da ciência" é um livro essencial para os interessados em história da ciência, bem como para qualquer pessoa que queira aprofundar seu entendimento sobre a relação entre ciência e sociedade. Uma narrativa envolvente e ricamente pesquisada que oferece ótimos *insights* sobre o poder da investigação científica e os desafios que ela enfrenta quando confrontada com forças que buscam negar seus avanços.



O AVERSSO DA PELE JEFERSON TENÓRIO

"O Averso da Pele", vencedor do Prêmio Jabuti 2021, traz à tona uma discussão urgente e necessária sobre a questão racial no Brasil.

Jeferson Tenório apresenta um retrato realista e complexo das relações raciais no país, mostrando que a luta contra o racismo é uma questão que diz respeito a todos os brasileiros.

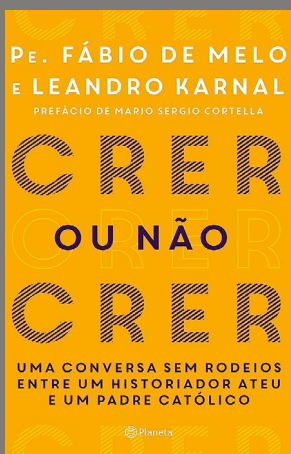
O texto conta a história de Pedro, que após a morte do pai, assassinado em uma desastrosa abordagem policial, sai em busca de resgatar o passado da família e refazer os caminhos paternos. Diferente da maioria dos livros, escritos em terceira ou primeira pessoa, esta obra é praticamente uma conversa

póstuma entre um filho com seu pai recentemente morto de forma violenta, o que torna a leitura ainda mais intensa e comovente.

Com uma narrativa sensível e por vezes brutal, o autor traz à superfície um país marcado pelo racismo e por um sistema educacional falido.

Por meio dessa escrita incrivelmente envolvente, Tenório consegue nos transmitir a complexidade dos conflitos internos e sociais vividos pelos personagens. O livro é uma reflexão profunda sobre identidade, pertencimento e busca por reconhecimento em uma sociedade que ainda é marcada pelo preconceito e pela desigualdade.

Um roteiro emocionante que nos traz a certeza de que o autor nos presenteou com uma obra que, além de entreter, é uma ótima contribuição para o debate e a conscientização sobre o racismo e suas tristes consequências.



CRER OU NÃO CRER

PE. FÁBIO DE MELO E LEANDRO KARNAL

Um diálogo entre a Fé e a Razão. Leandro Karnal e Padre Fábio de Melo apresentam suas convicções sobre um tema que para muitos é um tabu.

Afinal, religião se discute?

Em "Crer ou não crer" os autores provam que sim e se mostram abertos ao diálogo e à reflexão, apresentando diferentes pontos de vista e experiências. Enquanto Karnal se mostra cético em relação à religião, Padre Fábio traz sua perspectiva como religioso e suas vivências na Igreja Católica.

Uma ótima opção para quem busca um diálogo sincero e respeitoso sobre questões que envolvem este tema tão sensível. Os autores conseguem tratar de questões complexas de forma acessível, tornando a leitura fluida e envolvente.

Além disso, o texto é um excelente exemplo de tolerância e diálogo, atitudes tão fundamentais na sociedade atual, em que as diferenças muitas vezes levam a conflitos e preconceitos.

O livro está dividido em quatro partes: a primeira trata do conceito de religião, a segunda aborda a questão do sofrimento e da felicidade, a terceira fala sobre a morte e a quarta parte discute a relação entre religião e sociedade.

Em resumo, uma boa leitura para ampliar o repertório e fortalecer argumentos contra aqueles catequistas ortodoxos chatos, sejam eles religiosos ou ateus.



Fotografia de capa:
Hoje Tudo Azul – fotografia de Adilson José Saturnino da Silva, contemplada no concurso de fotografias “Olhos de Ver”, Edição Olhos de Reviver Centro, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade.

TEM ALGUMA EXPERIÊNCIA
PARA COMPARTILHAR?

Já estamos trabalhando para a próxima edição e queremos a sua ajuda para que ela fique ainda melhor.

Submeta um artigo, mande sua dica ou simplesmente dê a sua opinião!

...

Para ter acesso aos critérios de submissão e regras de formatação, acesse o site: www.rio.rj.gov.br/web/fjg

Outras dúvidas, envie um e-mail para: revistacidadeinova@gmail.com

